



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea
Curso de Mestrado

SUSANA MARIA LEVIEN GRILLO

**CONJUGALIDADE EM MULHERES DA
CAMADA POPULAR**

Salvador

2011

SUSANA MARIA LEVIEN GRILLO

CONJUGALIDADE EM MULHERES DA
CAMADA POPULAR

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Família na Sociedade Contemporânea
da Universidade Católica do Salvador.

Orientadora:

Profa. Dra. Elaine Pedreira
Rabinovich

Salvador

2011

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

G859 Grillo, Susana Maria Levien.
Conjugalidade em mulheres da camada popular/ Susana
Maria Levien Grillo. – Salvador, 2011.
80 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Prof^a. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich.

1. Conjugalidade 2. Mulheres - Camada popular 3. Maternidade
e agressividade I. Título.

C.DI 1265 5-055 2

Termo de Aprovação

Susana Maria Levien Grillo

Conjugalidade em mulheres da camada popular

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 23 de novembro de 2011

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a) Elaine Pedreira Rabinovich – Orientador(a)
Doutorado em Psicologia – USP
Universidade Católica do Salvador

Miriã Alcântara
Prof(a). Dr(a). Miriã Alves Ramos de Alcântara
Doutorado em Saúde Pública – UFBA
Universidade Católica do Salvador

Lilian Perdigão C. Reis
Prof(a). Dra. Lilian Perdigão Caixêta Reis
Doutorado em Psicologia - UFBA
Faculdade Ruy Barbosa

AGRADECIMENTOS

Considero este espaço ímpar, pois aqui poderei retribuir minimamente, em forma de agradecimento, a todos/as aqueles/as que, de uma forma ou de outra, estiveram do meu lado neste percurso.

Assim, desde já agradeço aqueles/as que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. E agradeço especialmente a Deus, autor da minha vida e da minha História.

À minha grandiosa família, em especial ao meu companheiro de caminhada, Francisco Paulo que, em todos os minutos da minha vida está presente, que soube compreender as minhas angústias e manteve os ouvidos sempre dispostos a me escutar, em muitos momentos sem entender o que eu dizia ou mesmo pensava e, muitas vezes, soube perceber que era hora de se ausentar ou de manter-se calado. A você, meu querido, sem palavras de agradecimento, apenas o meu amor incondicional.

Ao meu grande amigo e filho, Guilherme, - meu Guigui -, que vi crescer e amadurecer e, juntos, vivenciamos todas as angústias e inseguranças deste ideal, nos entendíamos com os olhos e a respiração muitas vezes profunda, trocamos ideias e nos ouvimos, meu carinho de mãe e grande afeto.

À Tatiana, que, sempre amorosa e meiga dona de uma doçura contagiante, foi a minha raiz, ajudando-me tanto neste projeto como em outras questões, o meu muito obrigada.

Aos meus pais que me criaram, ajudando-me sempre e dando incentivos ao estudo e à leitura.

À minha orientadora Elaine Pedreira Rabinovich, que foi o meu esteio, e me fez mestre ao me impulsionar, fomentando o meu desejo de tornar-me uma

pesquisadora. A ela que sempre soube ser mãe, em todos os sentidos da palavra, sem nunca “passar a mão por minha cabeça”, o meu muito obrigada.

À minha banca professoras Lilian Reis e professora Miriã Alcantara, o meu muito obrigada.

Quero agradecer à Casa de Amor e Caridade Irmã Elizabete, que me despertou para a investigação. Lá, o meu desejo de entender a temática da conjugalidade e seus tantos conflitos foi alimentado e, por meio do grupo de trabalho com as mães tornei-me uma pessoa mais solidária.

Quero agradecer às mães que se prontificaram a ser minhas entrevistadas: a vocês meu muito obrigado, sem vocês esta pesquisa não teria êxito.

Às minhas amigas do mestrado e, em especial, a Vânia Maria Picanço de Almeida, que muito me ouviu e ajudou durante esta caminhada, incentivando-me com seu apoio, o meu sincero agradecimento.

Agradeço, também, a todos que estiveram sempre no meu caminho, que se lembraram de orar por mim, que emanaram uma energia de fé e de paz.

“O conhecimento é um bem que, por mais seja armazenado, jamais toma qualquer espaço. Pelo contrário, faculta mais ampla facilidade para novas aquisições”.

Joanna de Ângelis

GRILLO, Susana Maria Levien. *CONJUGALIDADE EM MULHERES DA CAMADA POPULAR*. 80p. Dissertação (Mestrado) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

RESUMO

Este estudo propôs identificar o contexto em que ocorre a vida conjugal de mulheres da camada popular e ampliar a compreensão sobre conjugalidade. Utilizando uma abordagem qualitativa de estudo de caso, foram entrevistadas sete mulheres moradoras de um bairro popular da Salvador, Bahia. Utilizou-se um questionário semi-estruturado visando descrever e identificar as situações relacionadas à conjugalidade. O método de análise foi por derivação dos conteúdos das entrevistas objetivando a criação de categorias. Os resultados foram agrupados em dois eixos, sub-divididos em categorias: 1º eixo: *contextos das conjugalidades*: agressividade; maternidade; ambivalência no enfrentamento; 2º eixo: modos de *resolução das tensões*: presença do homem; rede de apoio; modos de enfrentamento da situação conjugal; recasamento. As entrevistadas relataram ter vivido experiências amorosas que as levaram a optar pelo companheiro, esforçando-se em manter os relacionamentos, tendo estes, contudo laços frágeis, ocasionando conjugalidades, embora tradicionais, sucessivas. A maternidade foi fonte geradora de desavenças conjugais, devido à agressividade e violência conjugal por ciúme, uso de drogas e traição, ocorrendo humilhações e sentimentos contraditórios dirigidos ao companheiro. A maternidade foi motivo de mudanças na vida conjugal, não sendo, contudo, verbalizada como origem das tensões conjugais devido à presença de questões decorrentes do contexto social. Maternidade e conjugalidade apareceram interligadas. Como modo de resolução das tensões, buscaram apoio em familiares e em instituições, delegacias e igrejas, e também em si próprias, desenvolvendo competências internas. O freqüente recasamento ou a troca dos parceiros aconteceu devido à necessidade de sustentação econômica, para educar os seus filhos e para a proteção moral e física. Deste modo, estas mulheres parecem estar imersas em um contexto cultural no qual valores tradicionais de conjugalidade coexistem com valores modernos gerando modelos de conjugalidade a serem melhor conhecidos.

Palavras-chave: conjugalidade; mulheres; camada popular; maternidade e agressividade.

GRILLO, Maria Susana Levien. *CONJUGALITY IN WOMEN FROM POPULAR LAYER*. 80p. Thesis (MA) - Superintendent of Research and Graduate Studies, Catholic University of Salvador, Salvador, 2011.

ABSTRACT

This study aims at identifying the context in which the married life of popular layer women in Salvador, occurs, and to amplify comprehension of conjugality. Seven local women have been interviewed by using a qualitative studying approach. In order to do that, a semi-structured questionnaire that explores describing and identifying situations related to conjugality has been used. The method used for this analysis was the derivation of the interview contents, aiming at the creation of categories. The results were grouped in two main axis, which were subdivided in three categories: First axis: *tensions context*, with the categories: aggressiveness; maternity; ambivalence in the confrontation; and the second axis: *ways of resolution*, consisting of: the presence of the man; supporting web; ways of facing the conjugal situation; re-marriage. The interviewees reported romantic life experiences that led them choose their partners, struggling to keep their relationships, although based in weak ties, leading to a traditional and successive marital idea. Pregnancy has shown to be an important generating source of marital problems, encouraged by the aggressiveness and violence between couples over jealousy, drug abuse and infidelity. Suffering from contradictory feelings and humiliations, they look for support among their family members, institutions, police departments and churches. Maternity shows to be the reason of changes in married life. However, it is not verbalized as the source of tensions in married life, and it is faced as part of conjugality. The frequent re-marriage or exchanges of partners have happened for of the need of economical supporting, for the education of their kids and for moral and physical protection. Therefore, these women seem immersed in a cultural context where traditional values coexist with modern ones generating models of conjugality to be better known.

Keywords: conjugality; women; popular layer; maternity and aggression.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 Resumo dos dados descritivos, referentes às mulheres entrevistadas.....48

Quadro 2 Aspectos descritivos quanto à conjugalidade50

Quadro 3 Sobre as tensões conjugais56

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUGALIDADE	16
2.2 A ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA/ CONJUGALIDADE PARA AS MULHERES DE CAMADA POPULAR.....	21
2.3 BREVE HISTÓRICO DA MATERNIDADE E DA SEXUALIDADE EM MULHERES DA CAMADA POPULAR.....	24
2.4 UMA VISÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE.....	28
2.5 VINCULO X CIRCULAÇÃO.....	36
3 MÉTODO	39
3.1 LOCAL E PARTICIPANTES	40
3.2 INSTRUMENTOS	42
3.3 PROCEDIMENTOS.....	44
3.4 ANÁLISE DE DADOS	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1 RESUMO DAS ENTREVISTAS.....	46
4.2 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DAS ENTREVISTAS.....	50
4.3 CONJUGALIDADE E MATERNIDADE.....	51
4.4 PRINCIPAIS EIXOS ANALÍTICOS: CONTEXTO DA CONJUGALIDADE E MODOS DE RESOLUÇÃO DAS TENSÕES CONJUGAIS.....	51
4.4.1 CONTEXTO DAS TENSÕES CONJUGAIS.....	59
4.4.1.1 Agressividade.....	59
4.4.1.2 Maternidade.....	61
4.4.1.3 Ambivalência no modo de lidar.....	63
4.4.2 MODOS DE RESOLUÇÃO DAS TENSÕES CONJUGAIS.....	65
4.4.2.1 Presença do homem.....	65
4.4.2.2 Rede de apoio.....	66
4.4.2.3 Modos de enfrentamento da situação conjugal.....	68
4.4.2.4 Recasamento.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	80

1. APRESENTAÇÃO

O estudo da conjugalidade em mulheres da classe popular urbana despertou minha atenção como voluntária de um trabalho social desenvolvido, há mais de dez anos, no bairro da Boca do Rio da cidade de Salvador na Bahia. Este trabalho social tem como objetivo dar apoio e assistência social a mulheres carentes. A região da Boca do Rio, bairro central de Salvador, é considerada uma região perigosa devido ao tráfico de drogas.

O trabalho que desenvolvi na comunidade da Boca do Rio foi o nascedouro para este projeto de pesquisa. Em um primeiro momento, quis estudar a gravidez na adolescência, pois havia um número expressivo de casos com meninas na faixa etária de 12 e 13 anos grávidas. Com o decorrer do tempo, não mais apareceram esses casos e, ao perceber outras queixas das mulheres, interessei-me em aprofundar o estudo em outra temática: a da conjugalidade.

Durante os contatos com as mães, tive a oportunidade de observar e perceber as suas relações conjugais, destacando-se as situações por elas mais evidenciadas: os descasamentos ou a troca de parceiros e a violência doméstica.

A situação de descasamento ou de troca de parceiros apareceu de modo marcante nessa região. Os motivos para estas trocas eram: maus tratos pelos companheiros, o uso das drogas, bebidas, traições, e toda ordem de violência. Esses relatos eram intensos e apareciam sob a forma de queixa e desabafo.

Donde emergiu um primeiro questionamento que foi o norteador das perguntas seguintes: como caracterizar a conjugalidade *de* e *para* estas mulheres em que predominam uniões consensuais e que vivem em uma região dominada pela violência estrutural? Qual o significado da maternidade para tais mulheres? Como elas enfrentam os desafios e paradoxos decorrentes do meio sócio-familiar em que estão inseridas?

Diante da complexidade que envolve o estudo sobre conjugalidade, busquei na literatura recente o entendimento acerca dos diversos aspectos referentes às

conjugalidades e a suas problemáticas a fim de compreender como essas mulheres elaboram a conjugalidade e como elas lidam com o recasamento e com a violência doméstica.

Destas leituras, três termos devem se impuser e ser explicitados nesta apresentação na medida em que subjazem à concepção do trabalho: camada popular, situação familiar e conjugalidade.

Utilizamos o termo camada popular devido à análise de Gilberto Velho (1994) que propõe a mesma como uma dimensão plural que indica a heterogeneidade e o tipo de configuração social contemporânea, na qual existem vários níveis de compartilhamento cultural. Para o autor, não há uma subordinação das camadas populares à “ideologia dominante”, mas uma “reinvenção criativa” do saber e da moralidade vigente, o que nos leva a considerar o pertencimento de classe sob um prisma mais abrangente de que o da teoria marxista.

De modo correlato, Berenstein (2002) utiliza o termo “situações familiares”, e não o de “problemas familiares” para caracterizar as temáticas atuais familiares, porque a denominação “problema” surge no momento em que se institui uma forma de família como oficial, donde as que não seguem este modelo passam a ser consideradas “problemas familiares”. Na intenção de não incorrer em um viés normatizante, o uso de palavras que não carreguem no seu bojo “desvios” em relação a normas, pareceu-nos muito importante.

Um terceiro termo central ao estudo é o de conjugalidade. Este é um neologismo que procura descrever a variedade de vínculos possíveis de ocorrer entre casais de quaisquer sexos.

Para Kaufmann (1995), a conjugalidade pode ser harmoniosa ou não, e passa por três fases: a instalação de casal, definida como um processo de reformulação de realidades dos parceiros e a uma motivação de conhecer este “estranho íntimo”; a construção de uma realidade conjunta, assim com a convivência compartilhada, marcam a segunda fase da instalação do casal; na terceira fase ocorre uma retomada dos projetos individuais, exigindo que o casal delimite os espaços comuns e individuais. Nesta fase, os cônjuges são absorvidos pelo universo

comum construído e o contexto doméstico interfere de forma mais intensa na relação.

Deste modo, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender situações vivenciadas pelas mulheres de camada popular frente à situação conjugal por elas vividas.

São objetivos específicos:

1. Identificar quais elementos do contexto estão sendo vivenciando pelas mulheres de camada popular no referente à conjugalidade;
2. Descrever como enfrentam e processam as tensões ligadas à conjugalidade;
3. Descrever que tensões são estas;
4. Descrever como estas mulheres buscam resolver a situação de conjugalidade.

O primeiro capítulo pretende contextualizar a conjugalidade na contemporaneidade enfocando como a união conjugal se apresentou ao longo da história e a problemática da conjugalidade em mulheres com ênfase na classe popular. Nesta perspectiva, pretende-se compreender a situação da conjugalidade para as mulheres associada aos motivos de descasamentos e as suas conseqüências. Sua finalidade foi estruturar a revisão de literatura pertinente à articulação das categorias de análise: agressividade conjugal, maternidade e ambivalência no modo de enfrentamento das tensões conjugais.

O segundo capítulo compreende o método onde se traça o caminho utilizado para a realização da pesquisa: a forma como foi desenvolvida, o local e as participantes.

O terceiro capítulo compreende a análise propriamente dita dos dados. Articula-se em torno do eixo principal desta investigação: as situações conjugais em que predominam trocas de parceiros e os motivos que levam as mulheres de camada popular a se casarem e a se descasarem. Por isso, busca-se compreender

nas narrativas das mulheres os elementos desencadeantes das desavenças: qual o motivo do casamento para as mulheres? O que motivou a separação? Como resolveu a situação? Quais os elementos que interferiram nesta resolução?

O último capítulo trata das considerações finais decorrentes das análises realizadas. Baseado nos capítulos anteriores, tentou-se esboçar questionamentos decorrentes deste estudo: O conceito de maternidade pode variar segundo o grupo a que pertence a mãe e o pai? Como a modernidade se expressa nos casais populares? Como apreender uma vivência que, conforme vários dos autores consultados, está tão afastada da realidade vivencial dos pesquisadores de classe média, sem uma longa imersão no campo de modo que os seus significados ocultos, os “não-ditos” (PINA-CABRAL, 2008), possam emergir e ser percebidos? O que é um casal para tais “situações conjugais”?

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUGALIDADE

Nosso objeto de estudo é a conjugalidade na contemporaneidade na camada popular. Para Diehl (2002), o termo aparece como neologismo da palavra conjugar, indicando a idéia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente haver a existência de um contrato formal entre elas (p. 138). Para Féres-Carneiro (1998), os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. Partindo deste conceito, a conjugalidade abrange, além de pessoas civil ou religiosamente casadas, as novas formas de relacionamento, muitas ainda sem um nome específico.

O casal contemporâneo, como expressam Falcke, Dihel e Wagner (2002), depara-se com uma série de possibilidades de viver a sua conjugalidade, inclusive no denominado casamento tradicional. O autor refere-se a novos modelos possíveis de se viver a conjugalidade como: casais que decidem viver juntos sem legalizar ou oficializar seu relacionamento; casais que vivem em diferentes locais; homens ou mulheres que preferem ter filhos e permanecer solteiros; práticas que costuma ser chamada hoje de reprodução independente.

Embora atualmente estejam despertando a atenção de juristas e de estudiosos para as novas modalidades de uniões, a história mostrou que esses modelos de conjugalidade foram práticas freqüentes desde os primeiros séculos da colonização. Não falta documentação, particularmente cartas de religiosos e relatos de viajantes, que lamentam a degeneração de costumes entre os portugueses que, esquecidos de preceitos de fé cristã, amancebavam-se com gentias e mais tarde com as negras e brancas pobres, provocando a mistura de raças e a miscigenação (FREIRE, 2000, p. 95).

Para Prado Junior (2000, p. 103), a falta de mulheres brancas sempre foi um problema recorrente em toda a colonização européia em território ultramarino. Enquanto em nações como Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, sempre que a imigração de grupos familiares não foi suficiente para a formação de uma sociedade, e para que não sucumbisse à mestiçagem, recorreu-se ao transporte de grande leva de mulheres brancas recrutadas da Inglaterra. Tal providência faltou aqui no Brasil.

Tais uniões irregulares, segundo Prado Junior (2000), eram devido à ausência de regras sendo as uniões mistas e comuns freqüentes no cotidiano social e incorporadas pelo meio social.

Nizza da Silva (1998) indica que havia uma razão responsável pelo grande número de uniões consensuais: o alto custo do processo matrimonial e a exigência de documentos. O casamento e sua legitimidade, assim, teriam relação com a pobreza devido às dificuldades impostas a essa união.

Mesmo quando se estabeleceu a legitimidade da família pela celebração do matrimônio civil legalizado, a prática das uniões consensuais permaneceu. Pode-se dizer que as relações consensuais, mesmo sendo vítimas de condenação, denúncia e de acusação, seguiam sendo praticadas e são bastante comuns no Brasil, servindo de proteção e amparo por parte das mulheres pobres (SILVA DIAS, 1995, p. 31).

Berquó (1998) relata que os dados no Brasil com relação ao casamento sofreram variações. No final do século XIX, o Brasil foi palco de grandes transformações, como o fim do regime escravocrata, o crescimento das cidades a chegada de imigrantes e também o surgimento de vozes femininas inconformadas com a exclusão de mulher das atividades econômicas e políticas.

A constituição de 1988 admitiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres dentro da sociedade conjugal e reconheceu a união consensual como forma legítima de constituição familiar. Para Berquó (1998, p. 415), este reconhecimento da união estável como forma legítima de organização familiar é uma mudança significativa no panorama da nupcialidade brasileira.

Atualmente, as uniões consensuais no Brasil deixaram de ser privilégio das camadas populares porque as visões depreciativas a seu respeito se amenizaram. Esse “afrouxamento” nos costumes é uma característica muito peculiar à sociedade contemporânea, onde os moldes universalistas de casamento foram abandonados, dando lugar a situações conjugais mais heterogêneas. Não por outra razão, o casamento “de véu e grinalda”, deixou de ser a única maneira legítima de constituição do núcleo familiar; as separações e os recasamentos se tornaram práticas corriqueiras e os indivíduos passaram a viver de maneira mais livre as suas aspirações.

Ao optarem por uniões sem legalização, os casais não estão deixando de pensar a família como lugar de afeto, mas simplesmente buscando renegociar novos estilos de vida segundo sua própria identidade.

Dados recentes do IBGE (BRASIL, 2009) indicam que a taxa de nupcialidade legal atingiu seu maior índice nos último dez anos, apresentando uma reversão na tendência de redução de 1999 para 2008. Portanto, aumentou o número de brasileiros que resolveram se casar novamente. De acordo com os indicadores sociais, os recasamentos representaram, em 2008, 17,1% do total das uniões formalizadas, enquanto em 1999 esse tipo de união totalizava apenas 10,6%.

Conforme visto acima, são várias as formas de conjugalidade possíveis na contemporaneidade. Para Féres- Carneiro (2001), os laços conjugais ocorrem de uma forma fluídica, onde os sujeitos consideram cada vez mais a possibilidade de dissolução desses laços conjugais, mesmo que fazendo promessas do “eu” a partir do “nós”. No entanto, ao mesmo tempo, o próprio casamento é reforçado na medida em que:

O casamento contemporâneo representa uma relação de intensa significação na vida dos indivíduos, tendo em vista que envolve um alto grau de intimidade e um grande investimento afetivo (FÉRES - CARNEIRO, 2001, p. 67).

Bauman (2004) aponta esta fluidez como presente na sociedade em geral, pensando os laços conjugais expressando uma misteriosa fragilidade dos vínculos humanos. Esta fragilidade inspira o sentimento de insegurança e desejos

conflitantes de apertar os laços e ao mesmo tempo de mantê-los frouxos, sendo uma constante entre os casais.

Tal mudança permite promover a reedição do romance, e com isso a elaboração de vivências. Todo casal pressupõe um projeto conjugal, com ideais de futuro. Segundo Féres – Carneiro (2001), a conjugalidade hoje pode ser considerada como um pacto social que cria para cada sujeito uma organização e, neste pacto, os casais se perguntam sobre seus sentimentos e reavaliam sua relação com mais intensidade e autonomia (FÉRES – CARNEIRO, 2001, p. 69).

Esse compromisso está proporcionando uma relação mais aberta, mas ao mesmo tempo, mais intensa nas suas investidas amorosas (Féres-Carneiro, 2001). Para Bauman (2004), para investir no amor temos que perceber se ela ou ele deve ter merecido tal investimento de alguma forma. O autor faz uma análise da sociedade em relação à máxima “amar o próximo como a si mesmo”, afirmando ser um preceito que contraria o tipo de razão que a vida promove. Para o autor, esta exigência parece incômoda e vazia pelo fato de que, com muita frequência, não encontra evidências suficientes de que o estranho a quem devo amar me ame ou demonstra por mim a “mínima consideração” (BAUMAN, 2004, p. 97).

O momento social atual tem sido descrito como a era cujas mensagens e fenômenos são confusos, fluídos e imprevisíveis. Bauman (2004) denomina esta era como “modernidade líquida”. Neste mundo de sobrevivência, o relacionamento humano configura-se de forma efêmera. Assim o autor denomina a fugacidade do amor contemporâneo de “amor líquido”, e Giddens (1993) a denomina de amor confluyente que se caracteriza pela finitude do laço, no momento em que este deixa de ser vantajoso para o seu parceiro e que presume igualdade na doação e no recebimento emocional.

O laço conjugal na contemporaneidade parece estar criando espaço para o constante auto questionamento. Os parceiros se perguntam sobre como cada um se sente a seu respeito e se os sentimentos são suficientemente profundos para suportar um envolvimento prolongado. O projeto conjugal deve ser constantemente repensado e revalorizado (FÉRES – CARNEIRO, 2001, p.69).

A forma predominante de convívio humano seria aquela em que se entra “pelo que cada um pode ganhar e continua apenas enquanto ambas as partes imaginam que estão proporcionando a cada uma satisfações suficientes para permanecerem na relação” (BAUMAN, 2004, p. 111).

Deste modo, segundo estes autores, o relacionamento puro e atual não é, como o casamento um dia foi, uma condição natural cuja durabilidade possa ser tomada como algo garantido, a não ser em circunstâncias extremas. O relacionamento pode ser rompido, mais ou menos ao bel - prazer, por qualquer um dos parceiros e a qualquer momento.

Cusinato (1992) chama a atenção para a relação de mútua interdependência que caracteriza o relacionamento conjugal. Considera o subsistema conjugal como um binômio de ganhos e perdas. Sendo assim, aquilo que significa ganho para um dos membros do casal, deveria ser para o outro e vice-versa. Deste modo, para Willi (1995), no desenvolvimento de cada cônjuge em uma necessária redefinição de papéis, regras e funções, deveriam haver regras não rígidas.

Contudo, as variadas formas de conjugalidade podem estar associadas à desigualdade de situações ligadas ao pertencimento a camadas sócio-educativas-econômicas (ABBOIM; WALL, 2002). Vários autores (SALEM, 2006; VAITSMAN, 1997) discutem como determinados princípios organizadores da cultura popular contrastam com a ordem simbólica vigente nas classes médias urbanas brasileiras. Haveria duas grandes matrizes culturais presentes nas sociedades contemporâneas: uma delas dominante, ou hegemônica, e que gira em torno do individualismo, que seria moderna; e a outra dominada, que possui uma lógica holista, em que o todo predomina sobre a parte, e que seria tradicional, cujos preceitos internos são antagônicos aos da primeira matriz.

Heilborn (1998) aponta para a existência dessas duas culturas, que dão origem a formas específicas de modelação da subjetividade. Para ela, o ponto relevante dessa interpretação é salientar que os processos de construção da pessoa como dimensão social da constituição do ser humano, de sua visão de mundo e de seu *ethos*, são bastante diferenciados nessas duas culturas. O universo cultural das classes trabalhadoras teria uma existência de uma racionalidade própria que, em

conjunto, destoa dos valores vigentes no modelo cultural presentes nas camadas médias (FONSECA, 2000).

A configuração dos valores dos grupos populares pode ser resumida em três pilares: família, trabalho e localidade (DUARTE, 1995). A ênfase no valor da família exhibe seu maior vigor no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social dessas pessoas. Estruturada em termos de uma relação hierárquica entre os sexos e as categorias de idade, essa ordenação simbólica da família ganha maior nitidez quando confrontada com o modo individualizante do modelo presente entre os segmentos de camadas médias na sociedade brasileira. Este modelo tem no indivíduo, na sociabilidade e na ocupação o eixo de estruturação dos sujeitos sociais (HEILBORN, 1998). Manter em foco a diferença entre estas duas lógicas culturais é crucial para a compreensão dos fenômenos ligados à sexualidade e à reprodução e às relações de gênero.

2.2 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR/CONJUGALIDADE PARA MULHERES DE CAMADA POPULAR

Freyre (2000), ao analisar o comportamento dos colonizadores portugueses, chegou à conclusão de que estes, dotados de uma moral sexual mais frouxa do que os colonizadores ingleses na América do Norte e raramente se fazendo acompanhar de suas esposas e filhos, não tiveram outra alternativa senão o concubinato. O autor não encara o concubinato apenas como uma questão de libertinagem ou de desrespeito às leis da igreja, mas o resultado de inúmeras dificuldades, especialmente as econômicas.

A falta de recursos como obstáculos ao casamento era uma realidade concreta especialmente para as mulheres, escravas, libertas e brancas, em um mundo onde as dificuldades ao sexo feminino imperava de maneira rigorosa e a ausência de um marido/ companheiro se constituía numa condição depreciativa (FREYRE, 2000).

Nizza da Silva (1998) relata que as autoridades apontavam vários fatores que serviam de entrave ao casamento: a vadiagem dos homens; o atraso da agricultura; que dificultava a subsistência e estimulava o nomadismo; o hábito dos homens de tornarem-se religiosos e, além disso, o recrutamento militar que, mesmo em época de paz, arrebanhava grande contingente de jovens solteiros.

Os matrimônios se realizavam em círculos limitados e sujeitos às normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica. Sendo assim, a autora expressa que as uniões esporádicas e os concubinatos dinamizavam as relações entre os sexos e permitiam a mesclagem dos grupos sociais e, mesmo que o casamento tenha ocupado um lugar estratégico fundamental como mecanismo de mobilidade social, a sociedade estava constituída de maneira que vários indivíduos se viam postos à margem e aos quais não restavam alternativas outras senão concubinatos, uniões passageiras, ilegitimidade, formação de famílias lideradas por mulheres, etc. (SAMARA, 1983).

A organização familiar dos populares, para Mary Del Priore (2009, p. 362), assume uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se deve, não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A autora conta que a implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico.

A sociedade moderna torna-se íntima e o espaço público deixa de ser o local de sociabilidade. As ruas se tornam lugar de movimentação de pessoas indiferentes umas às outras. O espaço privado se transforma, por excelência, no espaço protegido da vida. Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. A vocação para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade (DEL PRIORE, 2009).

Para Del Priore (2001), conquanto gênero seja um conceito válido e útil, não deve ser confundido com a história das mulheres, cuja tarefa não é a de desconstruir os discursos masculinos sobre as mulheres. Mostrando pouca preocupação com as críticas que têm sido feitas quanto à história das mulheres não ter sido capaz de promover grandes modificações na história geral, esta autora se pergunta: “Para que serve a história das mulheres?” E dá a resposta. “[...] para fazê-las existir, viver e ser” (DEL PRIORE, 2009).

A conjugalidade, segundo Del Priore (2009), para as mulheres da camada popular, sempre foi muito diferente das mulheres pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade, onde estas aspiravam ao casamento e a ter filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Embora o casamento para a classe dominante fosse a única via legítima de união entre um homem e uma mulher, constituindo-se no ideal mais elevado de realização, era proporcionalmente pequeno o número de pessoas casadas em relação ao total da população. No seio dos populares, o casamento formal não preponderava.

Samara (1983) descreve a ênfase que é dada à polaridade – autoridade do marido e dependência e passividade da mulher - no período histórico colonial. A autora acredita que a visão da mulher como recatada, ociosa e subjugada diz respeito a um mito ou a um estereótipo sustentado pela historiografia tradicional. Samara (1983) analisa tal mito como uma forma para esconder as diversas condições que marcavam o ser mulher na sociedade colonial, ou seja, os modelos de mulheres brancas pobres, mulatas e negras. Diante disso, percebe-se que essas mulheres circulavam pelas ruas em trabalhos laborais e muitas delas eram chefes de famílias e dirigiam negócios. As mulheres ficaram, nesse período, excluídas das atividades políticas e administrativas, mas trabalhavam para o seu sustento e o de sua família e, quando as atividades tinham um caráter feminino, elas gozavam de maior autonomia.

Como analisa Samara (1983), a sociedade do século XVIII começa a dar sinais de transformações principalmente com relação aos casamentos arranjados pelas famílias; aparecem as leis, os divórcios e as mulheres separadas legalmente conseguem a guarda dos filhos e parte do patrimônio.

Essas transformações sociais e econômicas da época, o aburguesamento e a higienização da sociedade, propiciaram um novo comportamento da mulher. Samara (1983) destaca também que esse processo de higienização foi imposto de forma rígida às mulheres pobres dentro da política sanitária, comportamental e moral do higienismo. A sociedade dependia dessas mulheres para a transmissão de novos hábitos para a sociedade.

Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava. A medicina social da época não ajudava muito, pois mencionava que a mulher tinha características femininas por razões biológicas como: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, e ainda a subordinação da sexualidade à vocação materna (DEL PRIORE, 2009).

Deste modo, pode-se compreender que as mulheres de camada popular sempre tiveram um papel ativo tanto social quanto conjugal, embora alijadas, parcialmente, das benesses do casamento formal, seja socialmente considerando seja do ponto de vista da conjugalidade.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA MATERNIDADE E DA SEXUALIDADE EM MULHERES DA CAMADA POPULAR

A experiência sexual, como toda experiência humana, é produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos. A concepção moderna de sexualidade, segundo Foucault (1988), designa uma série de fenômenos que englobam tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais e sociais do comportamento, a instauração de regras e normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas e também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.

Sexualidade é, pois, para o autor uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Ao longo da história, Foucault (1988) descreve que a atividade sexual sempre foi objeto de preocupação moral e, como tal, submetida a dispositivos de controle das práticas e comportamentos sexuais. Como esses dispositivos são construídos com base nos valores e ideologias predominantes na sociedade, eles assumem formas diferentes à medida que a sociedade muda.

A sociedade urbana-industrial tem provocado reflexões sobre o surgimento de novos valores, significados e vivências em torno da sexualidade e da vida reprodutiva dos jovens (SARTI, 2009). A sexualidade humana não é mais concebida somente como capacidade reprodutiva, mas também como possibilidades de vivência de prazer, que envolve o corpo, a história de cada indivíduo, os costumes, as relações afetivas, gênero, identidade sexual, erotismo, envolvimento emocional, e amor.

A sexualidade se encontra representada ou expressa em pensamentos, fantasias, prática, papéis e relacionamento e foi constituída a partir da focalização da individualidade como elemento constituinte da organização da sociedade capitalista na idade moderna (HEILBORN, 1999).

Para Castells (2008), há uma revolução sexual em processo de formação, mas não a anunciada e desejada pelos movimentos sociais da década de 60 e 70, não obstante esses movimentos terem sido fatores importantes para a revolução sexual atual. Essa revolução caracteriza-se pela desvinculação do casamento, da família, da heterossexualidade e da expressão sexual. Para o autor, a crescente individualização dos relacionamentos internos da família tende a enfatizar a importância das exigências pessoais para além das regras institucionais, ou seja, a sexualidade torna-se, em relação aos valores sociais, uma necessidade pessoal que não precisa ser canalizada e institucionalizada no seio familiar.

Segundo Kusnezoff (1989), o exercício da sexualidade só podia ser concretizado no casamento. Até meados do nosso século, casar e ter filhos, era um

mandato cultural, e por conseguinte, o maior desejo da mulher, o casamento para a mulher era destino com mão única, pois era o caminho para entrar no rol das mulheres adultas e sérias, as mulheres de família. Este funcionava como “trampolim” para a maternidade e a constituição da família nuclear. Cabia ao marido o direito sexual sobre a esposa, concedido pelo casamento. A sexualidade deveria ser exercida com o objetivo procriativo visando a mais a nobre missão: a constituição da prole (KUSNEZOFF, 1989, p. 223).

Historicamente, o papel feminino sofreu constantes transformações. Segundo Simone de Beauvoir (1980), em seu livro intitulado “O segundo Sexo”, a condição da mulher se acha encerrada e enquadrada na construção social de ser mulher. Partindo desse princípio, afirma: “Ninguém nasce mulher: Torna-se mulher, esta é uma construção social, criada pela sociedade ao longo dos tempos” (p.13).

No mundo ocidental, a sociedade patriarcal atribui à mulher uma valorização bem menor do que ao homem. Já em outras civilizações, como o autor exemplifica na Índia, a sexualidade está ligada à religião e ao sagrado. A moralidade cristã reprimiu a sexualidade, associando-a ao proibido e ao pecado. Valorizava apenas o sexo - reprodução dentro do matrimônio. O prazer sexual era o alvo da maior carga de repressão, a tal ponto que as mulheres sérias não deveriam sentir prazer no sexo. Não era de bom tom demonstrar interesse ou falar sobre esses assuntos (KUSNEZOFF, 1989, p. 223). As mulheres casadas, segundo o autor, deveriam aceitá-lo como um dever conjugal a ser cumprido, recompensado com a santidade da maternidade como a mulher símbolo do cristianismo, que é Maria, Virgem-Mãe.

Kusnezoff (1989) comenta que, na época Vitoriana, no auge do movimento moralizante do século XIX, o ideal da mulher digna foi descrito e exaltado em prosa e verso na literatura Iluminista, como um ser puro, lírico e etéreo. Este período determinou um estilo de vida definindo comportamentos admissíveis e aceitáveis. O homem era naturalmente dotado de inteligência e a mulher, de amor materno. Desta moralidade, advém a maioria dos comportamentos masculinos e femininos que ainda hoje são considerados como normas e tabus desejáveis pela sociedade.

O autor relata que esta situação feminina mudou com a primeira e segunda guerra, onde os homens foram para os campos de batalha e o trabalho feminino foi

necessário; a entrada das mulheres nas fábricas provocou e exigiu uma igualdade de sexos e direitos, logrados com a sua participação na economia do país. Nessa caminhada, a mulher tem seguido em busca de redefinição de identidade e papel.

No momento em que a mulher escolhe ser mãe, muitas responsabilidades lhe são atribuídas. Desde a década de 1980, as reivindicações das mulheres se tornaram assunto no país (FONSECA, 2001). O que as mulheres reivindicam nos movimentos são a discriminação salarial, a dupla jornada de trabalho, o direito ao prazer, a denúncia de violência, críticas aos estereótipos de comportamento feminino. Muitas mudanças ocorridas foram graças aos movimentos feministas.

Segundo Fonseca (2001), a mulher pobre, em muitos casos, traz o sustento principal da família, enquanto a maternidade apresenta-se como glorificação. A autora comenta que as mulheres pobres, as migrantes, as analfabetas, não foram as mulheres que fizeram o movimento feminista, mas são elas que começaram um processo de mudança social no país. Nessa nova realidade familiar que se baseia e se centra na mulher-mãe, esta passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança.

A história da sexualidade das mulheres se mistura com a história das famílias, onde os valores de cada época delimitam os papéis, as experiências e o lugar ocupado pelas mulheres, tanto na ordem da família quanto na sociedade, enquanto a sexualidade variou de acordo com a época, o local a ideologia e os interesses econômicos. Porém, um dos papéis mais impregnados de significado cultural parece ser o da maternidade, cogitada em algumas culturas como o único papel da mulher (DEL PRIORE, 2001).

Hoje, a autora descreve a mulher sendo aquela que pode tomar a decisão se quer casar ou não casar, ter ou não ter filhos, planejar o número de filhos e isso não será considerado antinatural. Embora o modelo ideal esteja presente, a mulher saiu do sagrado recinto lar e, em alguns momentos em seu lugar, encontra o seu par e surge uma relação de casal (DEL PRIORE, 2001).

Para Salem (2006), nas camadas populares, onde a vida da mulher em algumas vezes se restringe à vida doméstica e aos cuidados dos filhos, havendo

ainda obstáculos para que se insiram em outros espaços, o papel materno tende a ser valorizado.

Deste modo, as características atribuídas às mulheres justificariam que se exigisse delas uma submissão e um comportamento que não maculasse a honra e a restrição de usar a sexualidade só ao âmbito do casamento (SALEM, 2006).

A maternidade foi concebida muitas vezes como um “dever”, como um “fenômeno natural” que mais cedo ou mais tarde deve acontecer (SARTI, 2009). Por isso, não é vista pelas classes populares como um problema, mas sim como uma mudança de vida. Esta mudança está algumas vezes atrelada ao sonho do casamento e à idéia de constituição de uma família, dado a maternidade promover uma alteração no status social junto à família e à sua comunidade. (SARTI, 2009).

2.4 UMA VISÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA X CONJUGALIDADE

Segundo Bauman (2008), todas as sociedades são fábricas de significado. Para o autor, “sociedade” é um nome para concordar e compartilhar, mas também tem o poder de fazer com que aquilo que foi concordado e compartilhado seja dignificado. A sociedade tem o poder, porque ela tem a receita para vivermos, é a sementeira da vida com sentido.

A sociedade é esse poder porque, como a própria natureza, estava aqui muito antes que qualquer um de nos chegasse e continuará aqui depois que todos tenhamos partido. Para o autor, viver em sociedade - concordando, compartilhando e respeitando o que compartilhamos – é a única receita para vivermos felizes, desta forma a sociedade é um mito vivo do significado da vida humana, uma desafiadora criação de significados (BAUMAN, 2008).

Para este autor, a sociedade moderna existe em sua atividade de individualizar as pessoas. Desta forma, a individualização se transforma e assume novas formas para compreender a divisão de classes. Ao anotar a diferenciação

estabelecida por Salem (2006), entre “individualização” e “individualização”, em que “ser individualizado não equivale a ser individualista” (p. 3).

Nesse processo de individualização ocorre, para Bauman (2008), uma divisão de classes e divisão de gêneros provocando, de certa forma, a coletivização das pessoas. As pessoas com menos recursos e, portanto, com menos escolhas, tiveram que compensar suas fraquezas individuais com o “poder dos números” - juntando-se a filas e se empenhando em ações coletivas. Assim, o autor expressa que a individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania e afirma que o vizinho hoje é o pior inimigo do cidadão.

Desta maneira, a individualização está presente no nosso mundo contemporâneo, e todos que pensam sobre os meios de lidar com seu impacto sobre a forma como conduzimos nossas vidas, devem começar entendendo este fato. A vida, na atualidade, promove uma liberdade sem precedentes e com liberdade para experimentar, mas também traz uma tarefa sem precedentes de novas conseqüências. As conseqüências são a desconfiança, a falta de visão do futuro, a mundaneidade, a indiferença para projetos de vida a longo prazo, o egoísmo de seus desejos, a inclinação para dividir a vida em episódios, cada vez mais devendo ser espremido até a última gota, sem nenhuma preocupação com as conseqüências.

Desta forma, o autor afirma que a sociedade promove uma vida de incertezas, uma terrível sensação de impotência, e também permite a capacidade de lidarmos com os problemas que estão sempre prestes a acontecer. Crescem também os riscos e os novos perigos que cada novo movimento traz, ou pode trazer, em sua dinâmica.

Nascimento (in press) aponta cinco características que evidenciam o tom realista do argumento de Bauman sobre o que este denomina como *mundo líquido-moderno* e as profundas mudanças na sociedade contemporânea: a passagem da fase sólida da modernidade para a líquida; o divórcio entre poder e política; o enfraquecimento da comunidade; o colapso do pensamento de longo prazo e o enfraquecimento das estruturas sociais; os indivíduos chamados a responder pelos riscos causados pela volatilidade e instabilidade das circunstâncias. Para esse autor,

É importante ressaltar que o projeto de família moderna desempenha um papel importante na engrenagem do sistema de dominação na sociedade capitalista. Embora a família não tenha perdido a sua função de transmitir segurança às gerações novas e velhas e ainda ser uma instituição importante para a reprodução humana e a auto-realização do indivíduo (social, sexual e afetivamente), ela responde à dinâmica de uma sociedade fluida e autofágica como a sociedade capitalista moderna (NASCIMENTO, in press).

Dentro dessa dinâmica de estrutura fluídica descrita por Nascimento, Castells (2008) promove uma reflexão sobre a modernidade e a forma como a sociedade se estrutura hoje. Castells (2008) menciona a crise do patriarcalismo, induzida pela interação entre o capitalismo informacional e os movimentos sociais feministas e de identidade sexual. O patriarcalismo seria uma condição em extinção e apresenta suas razões respaldado em que as mulheres hoje dedicam-se basicamente a quatro tipos de objetivos: filhos, como objeto de seu instinto maternal; redes de relações femininas: como sua principal fonte de apoio emocional; homens, como objeto erótico; e homens, como provedores da família.

Castells (2008) pergunta: como vivem as pessoas agora, dentro e fora da família, nos limiares do patriarcalismo? Responde que não está surgindo nenhum tipo prevalecente de família, a regra é a diversidade. Para o autor, se existe uma crise de família, é a crise de família masculina. Dessa forma, o patriarcalismo está totalmente eliminado, sendo cada vez mais numerosos os lares encabeçados por mulheres, ocorrendo sério risco de sua extinção na maioria dos outros lares. Partindo deste pressuposto as mulheres pagam um alto preço em termos de trabalho, tornando-se mais pobres em troca da independência econômica. Segundo o autor, devido ao declínio do poder de barganha econômico, o homem já não consegue impor disciplina à família. As principais vítimas dessa transição são os filhos, cada vez mais negligenciados nas atuais condições da crise familiar. Para o autor, essa situação poderá piorar, seja porque as mulheres ficam com seus filhos em condições precárias, seja porque elas, em busca de autonomia e sobrevivência pessoal, começam a negligenciá-los da mesma forma que os homens, e mulheres

tem de resolver os problema dos filhos e ao mesmo tempo perdem o controle sobre suas vidas (CASTELLS, 2008).

Partindo desse pressuposto da crise da família e da negligência com relação aos filhos por casais separados, percebemos que hoje a nossa sociedade encontra-se em um constante conflito social, gerando violência dentro e fora das famílias. As famílias de camada popular sofrem muito com essa problemática, ocorrendo, em alguns relacionamentos conjugais a perpetuação da violência.

Conforme proposto por Walker (1999), essa dinâmica geralmente traz à tona um processo cíclico, relacional e progressivo que compreende três fases: *construção da tensão* - que seria o início de pequenos incidentes, mas ainda considerados como se estivessem sob controle e aceitos racionalmente e socialmente; *tensão máxima* - no caso perda do controle sobre a situação e agressões levadas ao extremo e, num outro momento denominado pela autora como o *momento da lua de mel* em que o relacionamento se reestrutura e ambos almejam a mudança com a promessa de que nunca mais se repetirá o ato violento e se propõem ao restabelecimento da relação conjugal.

Desta forma, pode se considerar que “violência doméstica”, no que se refere ao espaço onde ocorrem os atos violentos, qual seja o ambiente, podendo ser perpetrada tanto por membros da família como por vizinhos, amigos ou outras pessoas que freqüentam a residência. Já Lamoglia e Minayo (2009) utilizam o termo conjugalidade violenta de forma ampla para se referir à agressão mútua do casal.

Para Del Priore (2009), na violência doméstica as maiores vítimas são as mulheres que, em muitos casos, rebelam-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas e, mais uma vez, desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres.

Mas autores como Perrone e Nannini (2007) reforçam a existência desse processo cíclico de acúmulo de tensão, com episódios de tensão agudo, de calma amante (lua de mel) e esse processo convida a vítima a entrar na dança da situação

abusiva, provocando assim, o ciclo em que muitos casais mantenham-se durante vários anos de relações nessa situação.

Embora a violência familiar sempre tenha existido, ela é hoje mais debatida e denunciada, o que certamente contribui para o aumento da sua visibilidade. Na atualidade, existe uma consciência maior dos direitos humanos e de liberdade entre as mulheres e homens, proporcionado, desta forma, uma maior percepção da violência.

Na atualidade, Souza e colaboradores (2009) consideram como violência interpessoal toda a ação que traga prejuízo à integridade física, psicológica ou sexual; a que tira o direito ao pleno desenvolvimento e bem - estar de um membro da família denomina violência intrafamiliar.

Ao tratar de violência intrafamiliar, faz-se necessário, inicialmente, fazer a diferença entre violência intrafamiliar e violência doméstica, pois ambas, embora similares, têm características distintas. A primeira pode ser identificada como negligência e abuso de crianças e adolescentes, violência doméstica contra mulheres, maus tratos de idosos e de pessoas portadoras de deficiência, atingindo parcelas importantes da população e tendo impacto significativo no bem estar físico emocional e social de indivíduos e comunidades (SOUZA e col., 2009).

Complementando o pensamento dessa autora, e estabelecendo a diferença entre os dois tipos de violência acima explicitados, Saffioti (2004) se refere à intrafamiliar como familiar, sinalizando que pode ser entendida como violência de gênero e que, apesar dos pontos em comum, o segundo tipo, a violência doméstica, atinge pessoas que não têm laços de parentesco:

Compreendida na *violência de gênero*, a *violência familiar*, pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais freqüente o primeiro caso. [...] A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial, ou integralmente, no domicílio do agressor. (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Ainda de acordo com Guerra (2001), são quatro as formas mais comuns de violência intrafamiliar: psicológica, física, negligência e sexual.

A violência psicológica, também chamada de tortura psicológica, inclui toda ação ou omissão que causa ou pretende causar dano à identidade, ao desenvolvimento ou à auto-estima da pessoa (exemplos: insulto, humilhação, ameaça etc.). No caso em que se venha a causar ou a tentar causar dano por meio de força corporal, de algum tipo de arma ou instrumento que possa provocar lesões internas, externas ou ambas se estará praticando violência física (exemplos: soco, tapa, empurrão, puxão de cabelo, etc.).

Outra forma de violência intrafamiliar bastante divulgada é a negligência, ou seja, a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física permanente ou temporária (exemplos: a não vacinação de crianças, trabalho infantil, descuido com idosos, etc.). Por último, tem-se a violência sexual, que desestrutura a vítima, a família e a própria sociedade, configurando-se pelo abuso sexual a pessoas mais fracas; a característica principal desse tipo de violência é a recorrência, ou seja, os abusos permanecem por longo período de tempo, devido ao pacto de silêncio existente na família (exemplo: obrigar a transar, submeter a carícias sexuais sem consentimento, etc.).

Casemiro (2002) se pergunta: O que é e pode ser a violência conjugal para as camadas pobres? A violência conjugal é uma falta de respeito que pode se manifestar através do exercício de uma violência física e/ou de uma violência por palavras— violência verbal — praticada(s) pelo homem sobre a mulher. Na violência conjugal, deixa-se transparecer a ideia de que a violência verbal pode ser muito mais grave ou marcante do que a violência física. A violência verbal está expressa na oralidade, ou seja, em ameaças, insinuações, críticas não fundamentadas, humilhações. Esta violência se mostra através da comunicação do agressor, utilização de palavras duras, berros ou gritos.

A agressão física implica de alguma forma marcar o corpo da mulher diretamente, este abuso em alguns casos pode levar a vítima à morte.

Outras formas de violência são observadas em nossa sociedade, a cotidiana, considerada como sutil e que vai minando a mente da pessoa, chamada de violência psicológica, caracterizada por ações ou atitudes que colocam em causa a integridade física ou mental. Esta violência também está carregada na infidelidade que pode vir a afetar o bom relacionamento do casal.

Casemiro (2002) também se indaga: Por que surge a violência? Para as famílias pobres, alguns fatores como o consumo de álcool, outras drogas, a falta de dinheiro, o desemprego, o emprego precário, salários atrasados, enfim, de uma forma geral, a má condição financeira emerge como um fator importante para gerar a violência doméstica.

Muito comum, apesar dos grandes prejuízos causados, a violência contra mulheres é uma realidade também dentro da esfera privada, ou seja, familiar. Embora em alguns casos o álcool, drogas e o ciúme sejam apontados como fatores que desencadeiam a agressividade, pode-se afirmar que, de certa forma, por trás desse fato, há o incentivo da sociedade cujas raízes são machistas, o que é refletido até na forma de educar meninos e meninas. Esse pensamento é ratificado por Saffioti (2004) quando escreve:

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Agressões contra mulheres, dentro da esfera da família, tendo como agressores maridos, companheiros, cunhados e até mesmo sogros e irmãos, ocorrem em todas as classes sociais. Geralmente se dão em famílias muito rígidas, cujos comportamentos e sentimentos apresentam-se bastante contraditórios (violência/sedução, carinho, arrependimento...).

As mulheres vítimas desse tipo de violência geralmente demonstram insegurança, baixa auto-estima, submissão, o que as torna mais propensas a aceitar a vitimização como parte de sua condição. Além desses efeitos, a agressão às

mulheres é, muitas vezes, motivo de ausência e baixa produtividade no trabalho, tornando-se, também por este motivo, um problema de caráter sócio-econômico, além de ser de saúde pública.

A Lei Maria da Penha (Nº 11.340/2006) recebeu este nome devido à militância árdua de Maria da Penha em ver punido seu agressor durante anos. A lei é um reconhecimento da sociedade que a violência privada tem que cessar. A “violência contra a mulher”, “violência conjugal”, “violência de gênero” e atualmente “violência doméstica e familiar contra a mulher”, como definida na Lei proposta, aparecem nos discursos e nas práticas jurídicas sem serem avaliados, discutidos e interpretados. Essa multiplicidade de termos e a forma pouco criteriosa como são empregados constitui-se um problema, já que cada um delimita um espaço social, um ator que “agride”, um que é “agredido”. Sendo assim ficam várias brechas e torna-se grande impasse no processo de criminalização ou punição legal do perpetrador.

Esta lei promoveu e estimulou a emergência de um tema pouco tratado pelo poder Judiciário, e proporcionou para a sociedade brasileira discussões a respeito da “violência conjugal” e, no termo “violência doméstica e familiar contra a mulher”, uma forma de delimitar o espaço onde ocorre a dinâmica da violência, explicitando assim, o “sujeito passivo” da violência (SILVA, 2009).

A criação das delegacias revela muitos problemas desde a ordem do atendimento pelos policiais, quanto na resolução e redução efetiva dos crimes contra as mulheres. O que nos parece é que as delegacias especializadas acabaram se reduzindo a um papel conciliatório na resolução dos crimes dos conflitos conjugais. Elas, na realidade, servem mais para repreender e assustar o agressor do que quanto à resolução e redução efetiva dos crimes contra as mulheres. Sendo assim, os movimentos feministas começaram a fazer sérias críticas sobre a forma como os casos de “violência conjugal” eram tratados nas salas de audiência.

Freqüentemente, onde há violência nas ruas, esta ocorre também nas casas. Não é possível separar estes mundos (SANTOS, 2010; REIS, 2010). É indispensável destacar a gravidade da violência doméstica e da violência de gênero, contra as mulheres (SOARES, 2004)

2.5 VÍNCULO X CIRCULAÇÃO

Neste item, vamos nos apoiar nos estudos de Tânia Salem (2006), e Heilborn (1998) em que estas discutem as premissas do paradigma hierárquico - o princípio da reciprocidade que informa a relação entre homens e mulheres nas classes populares -, defendendo a tese de que há uma tensão estrutural que permeia a relação entre gêneros, relatada como o pendor feminino para o vínculo *versus* a vocação masculina para circular entre mulheres. Será realizado um relato longo deste artigo devido à sua importância para a temática em pauta.

Enquanto os homens tenderiam a dissociar sexo de vínculo, as mulheres subordinariam o sexo à relação. Salem denomina “circulação simultânea” a traição masculina que não compromete o vínculo e a unidade familiar, enquanto na “circulação sucessiva”, o homem abandona a parceira, a prole e/ou a unidade doméstica, violando o preceito da reciprocidade entre gêneros. Encontra-se aí a raiz da percepção feminina acerca da precariedade dos laços conjugais e o fundamento da ambivalência em relação aos homens como valor (p. 5).

Heilborn (1998) localiza a origem de uma “ambigüidade estrutural” em um momento preciso da vida dos meninos das classes populares, por volta dos 13 anos, quando este se inicia sexualmente e no mercado de trabalho. Disto Heilborn conclui que se trata de um movimento para fora, de uma expulsão que o mundo da casa, nos grupos populares, realiza com seus membros masculinos. “Em síntese, é esta expulsão que responde por sua ambigüidade estrutural em relação ao núcleo doméstico” (SALEM, 2006, p. 5).

Salem (2006) retira desta conclusão que “hierarquia e individualização são dois atributos igualmente decisivos, e estruturalmente determinantes, na conformação do modo de ser masculino nesse contexto moral” (p. 5), associando tal ambigüidade em relação ao doméstico e sua vocação à circulação à impermanência e/ou ao desapego. “Dessa perspectiva, a compulsão masculina à circulação afirma-se como uma inclinação moral prevista, senão estipulada, pelo próprio modelo” (p. 5). Onde o homem, nas classes populares, ser moldado para, simultaneamente, honrar o princípio da reciprocidade entre os gêneros e para romper com ele.

Enquanto os homens conjoinam hierarquia e individualização, as mulheres associam hierarquia e reciprocidade, pois as mulheres têm como atributo simbólico a

correlação entre feminino e vínculo. As meninas, longe de sofrerem uma “expulsão” de casa, são nela retidas, seja pelo controle familiar, seja porque continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, mesmo quando trabalhando fora.

Donde a tensão entre gêneros se deve ao fato de a mulher ser relacional enquanto o homem é, relativamente a ela, individuado, o que não quer ser individualista. “É como se, tal como ocorre no domínio da família, também fosse conferida à mulher a função de zelar pela reprodução e pela manutenção moral da cultura e do modelo holistas”. (p. 6).

Entende Salem (2006) que na equação vínculo x circulação, feminino e masculino despontam, não só como diferentes em seu conteúdo, mas “sobretudo divergentes em sua direção. Ela é o reverso do princípio da reciprocidade e, por isso, uma enunciação sintética da tensão estrutural entre gêneros” (p. 6).

Esta autora apresenta também a suposição de que os homens tendem a compensar sua expulsão da rede de solidariedade fundada na filiação com mais circulação. Supõe, igualmente, que as pressões para que o homem de classe popular cumpra o papel de provedor são tão intensas e difíceis de serem atendidas que elas acabam por incitá-lo a evitar e/ou a se desvencilhar de vínculos mais permanentes (p. 7). “A ferida na auto-imagem masculina, imposta pelas condições de classe, seria mais um fator que nutre sua “ambigüidade estrutural” com relação ao doméstico”. Finalmente, é possível que, diante do “fracasso” como trabalhador e provedor, a sexualidade passe a ser o lugar simbólico de afirmação de sua masculinidade.

Do lado das mulheres, ante a vivência de que o homem “escapa” ao vínculo, estas podem acionar recursos que vão desde as crises de ciúmes até o “uso” do sexo e da gravidez (p. 8). Esta resposta feminina aumenta no homem a sensação de que ela visa apenas enredá-lo nas teias do vínculo, em uma espiral em que a “impermanência masculina descansa na permanência feminina e/ou na de sua rede de apoio” (p. 8), na medida em que sua parceira e/ou família se encarregará da prole. Donde, a vocação feminina para o vínculo e a masculina para a circulação formam um sistema.

Para conter esta espiral progressiva, estabelece-se uma dependência mútua baseada no valor que ambos conferem à hierarquia entre gêneros e sua segregação entre os domínios masculinos e femininos.

É como se a conformação hierárquica entre os gêneros, condensada no vigor da oposição dentro x fora, contrabalançasse a tendência cismogênica, (ie, sistêmica), implicada nas vocações desencontradas, expressas na polaridade vínculo x circulação (SALEM, 2006, p. 9).

Esta autora chama a atenção de que centrar atenção exclusiva na díade implica em incorrer em um viés individualista-igualitário, já que é neste contexto ético que o casal é concebido como fazendo sentido em si mesmo. Ao contrário, a reciprocidade como pilar moral pode não se alocar no casal, mas em uma difusão da reciprocidade para “além de sua expressão na conjugalidade” (p. 9), ou seja, “a disrupção da reciprocidade no plano da conjugalidade é estruturalmente compensada por outros pactos para além dela” (p. 10). Esses pactos são cruciais para a manutenção do valor-família e para a reiteração do preceito da reciprocidade a despeito do que ocorre entre os parceiros.

Finalizando este apanhado das idéias principais, a autora diz que um dos argumentos do texto é que há uma tensão estrutural entre gênero na classe popular que encontra expressão na oposição vínculo x circulação, pois enquanto a mulher associa hierarquia e vínculo, o homem reúne hierarquia e individuação. Resulta daí a “duplicidade moral” masculina com relação ao doméstico e sua disposição à impermanência conjugal, sendo ambas estipuladas pelo próprio modelo.

3. MÉTODO

Este trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo, com enfoque indutivo. As pesquisas qualitativas trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que respondem a noções muito particulares (MINAYO, 1994).

Para essa autora, na pesquisa qualitativa ocorre a indução, ou seja, o pesquisador é que desenvolve os conceitos, as ideias, comprova as teorias e chega às hipóteses. É um método menos estruturado, proporcionando uma relação mais

flexível entre o pesquisador e o pesquisado e, também, lida com dados e informações subjetivas e bem amplas.

O interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador ou, então, de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que, na maioria das vezes, a escolha do objeto revela suas preocupações científicas que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los. Mas, de qualquer forma, nem sempre é fácil determinar aquilo que se pretende pesquisar, pois a investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e uma metodologia adequada ao problema a ser investigado. Por mais ingênuo ou simples nas suas pretensões, qualquer estudo objetivo da realidade social, além de ser norteado por um arcabouço teórico, deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador e também todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa (BECKER, 1994).

Nesse contexto, a entrevista é instrumento geralmente utilizado, necessitando de interação entre pesquisador-pesquisado e proporcionando para o entrevistado uma oportunidade de se expor livremente, cabendo ao pesquisador criar meios para que o entrevistado possa falar o que está em sua mente e assumir um papel ativo na entrevista para que a mesma seja satisfatória e a oportunidade da entrevista não seja perdida.

3.1 LOCAL E PARTICIPANTES

No presente estudo, foram analisadas sete mulheres. Este número foi definido ante a repetição das informações contidas nas narrativas.

Os critérios de inclusão foram: pertencerem à comunidade; pertencerem ao grupo; terem a idade maior do que 18 anos e menor do que 40 anos; por sua participação no grupo evidenciar tensões conjugais; aceitar participar da pesquisa; ter filhos. Os critérios de exclusão foram: não aceitar participar da pesquisa; não estar na faixa etária acima; não habitar o bairro.

O pertencimento ao grupo foi o principal critério de inclusão por ser, através dele, que ocorreu o acesso às participantes. O local foi outro critério estabelecido pela possibilidade de acesso a ele e também para circunscrever o campo da pesquisa. Embora havendo adolescentes no grupo e pessoas de mais idade, a maioria das mulheres que participam do grupo está na faixa entre 18 e 40 anos por ser o período reprodutivo sendo que o grupo é um trabalho social com mães carentes.

Devemos enfatizar que as mulheres participantes deste estudo estavam sendo atendidas por um serviço social local, que as beneficiava direta e indiretamente. Portanto, não podem ser consideradas como representantes do bairro em que vivem, mas como protagonistas das tensões usuais do contexto social que nelas se refletem de modo acentuado, além de apontar também para possíveis dificuldades na resolução das dificuldades encontradas devido à demanda de auxílio do serviço social em questão. Estas questões serão objeto também de análise no decorrer do trabalho.

A média de idade das participantes foi de 29,5 anos, variando entre 26 anos e 37. Em relação ao nível de escolaridade, duas possuíam o Ensino Fundamental incompleto, três concluíram o Ensino Fundamental e duas ingressaram no Ensino Médio, mas não o concluíram.

A topografia do bairro em que esta pesquisa foi desenvolvida é composta por planícies e morros em uma região central da cidade de Salvador. Os locais foram: um centro espírita e a moradia das entrevistadas, que se localizam no referido bairro, em um morro no centro desta região de difícil acesso. A região como um todo é bem localizada, urbanizada com uma rede estruturada de serviços, possui um amplo comércio, e uma população estruturada em várias classes sociais, sendo que neste morro predomina a população de baixa renda. O local está dominado pelo tráfico de drogas.

As moradoras relataram ser o lugar muito violento, onde os bandidos e traficantes eram comandados por homens que estavam presos numa penitenciária.

Portanto, a polícia enfrentava dificuldades em entrar na área. As crianças nasciam nesse contexto conturbado e com valores sociais a ele associados, podendo ser atraídas para o mundo das drogas e do crime. As mães contavam que, desta forma, as crianças não tinham interesse em estudar. A pesquisadora só teve acesso às residências das entrevistadas mediante autorização de um dos traficantes locais, pedida por uma das entrevistadas. As primeiras entrevistas foram vigiadas, dessa forma sendo realizadas em clima de muita apreensão e cuidados.

A primeira entrevista foi nesse clima: o barulho era intenso, as ruelas estreitas e os moradores nas portas das casas conversando e vendendo coisas - balas, picolés etc. Devido ao barulho intenso, não se conseguia ouvir direito o que a entrevistada falava e várias vezes a entrevista foi interrompida.

Na segunda visita, a pesquisadora entrou no morro com mais facilidade, pois os homens do comando já sabiam o que seria feito nas residências. A entrevista aconteceu no quarto da entrevistada, buscando-se maior privacidade, o que foi difícil conseguir, pois, assim como ocorrido na primeira entrevista, o ambiente era tumultuado.

As outras cinco entrevistas também foram realizadas em residências, mas não houve tantas inquietações. Entretanto, foi necessário paciência, pois, envolvidas com seus afazeres domésticos, as entrevistadas precisaram interromper o processo algumas vezes.

3.2 INSTRUMENTOS

O trabalho de campo é uma importante etapa de uma pesquisa como esta, de caráter qualitativo, pois, em seu decorrer as inquietações do pesquisador assumem caráter prático, tendo ele a oportunidade de interagir com os atores sociais envolvidos na investigação.

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (HAGUETTE, 1987). Neste trabalho,

a técnica de entrevista semi-estruturada foi à utilizada, onde percebemos as tensões conjugais.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa, que requer tempo e exige alguns cuidados, destacando-se entre eles: (1) o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; (2) a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; (3) a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; (4) as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, (5) a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS, 1996).

Quanto à formulação das questões, o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BOURDIEU, 1999).

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Bourdieu (1999) apresenta algumas sugestões para com a transcrição da entrevista que é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante, pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista

Para a coleta de dados, foram construídas algumas questões - entrevista semi-estruturada (Apêndice 1) -, que abordaram temas referentes à: (a) forma como se iniciou o relacionamento com os companheiros; (b) casamento e separação; (c) conflitos na gravidez; (d) casamento idealizado.

O roteiro da entrevista foi composto por questões abertas relativas ao casamento e aos conflitos conjugais ante a maternidade, consistindo em:

1. Como aconteceu o encontro do casal;
2. O que aconteceu durante a maternidade referente ao relacionamento do casal;
3. O que aconteceu durante o primeiro ano de vida do filho;
4. Que outros tipos de dificuldades tiveram de enfrentar nestes períodos.

3.3 PROCEDIMENTOS

Procedeu-se, inicialmente, à solicitação de uma reunião e um pedido formal para a presidente do Centro Espírita, onde se pudesse explicar o objetivo da pesquisa às mulheres que frequentavam a instituição. Tal solicitação foi concedida e o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, protocolo nº 011/2011. Após aprovação do estudo em tal Comitê (Apêndice 2) foram percorridos os passos descritos a seguir.

O processo de selecionar as pesquisadas ocorreu através de contatos prévios. Por ter acesso à comunidade que promove assistência a mães carentes, a pesquisadora pode contatar seis mães que se enquadravam no tipo de entrevistas desejado. Dessa maneira, foi realizada uma entrevista piloto, sabendo-se que, para se atingir os objetivos da pesquisa, seria necessário estabelecer um bom relacionamento entre entrevistadora e entrevistada, que deveria se sentir à vontade para poder relatar aspectos íntimos da sua experiência. Decidiu-se que os contatos com as entrevistadas deveriam ser mais pessoais, ou seja, não aconteceriam na instituição ou qualquer outro local que não fosse a sua residência.

O trabalho foi realizado com lentidão devido à situação que muitas participantes selecionadas se encontravam e as dificuldades de acesso ao bairro onde moravam. No primeiro encontro com as entrevistadas, foram-lhe explicados os objetivos e o método da pesquisa. Antes da realização de cada entrevista se solicitou a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram previamente agendadas, conforme a disponibilidade de cada uma das entrevistadas. Foram gravadas e transcritas literalmente e, posteriormente, avaliadas objetivando compreender as dinâmicas conjugais associadas aos conflitos decorrentes da maternidade, por meio de categorias empíricas, comparando-as com as encontradas na literatura consultada.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados é o processo de ordenação dos dados, organizando-os em padrões, categorias e unidades básicas descritivas, agrupando e reagrupando-os em categorias que se relacionam entre si, de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos.

“A codificação e a categorização são formas de analisar que podem ser aplicadas a todos os tipos de dados e não se concentra em um método específico de coleta” (FLICK, 2009, p. 132). Assim, as respostas obtidas nas entrevistas serão tratadas por intermédio da análise de conteúdo, elaborando-se categorias.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas serão apresentadas e analisadas. Primeiramente, mostraremos um resumo das mesmas; a seguir apresentaremos os dados que estão estruturados por meio de quadros descritivos e, finalmente, serão registrados os resultados obtidos a partir da análise feita.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as entrevistadas são mães e, no que se refere ao estado civil, solteiras, mas vivem em uniões conjugais. Durante as entrevistas, levantaram-se questões como: a forma que cada entrevistada conheceu seu(s) companheiro(s); o motivo pelo qual se casou; o tempo que ficou casada; o número de filhos de cada uma delas; o motivo da separação e as intervenções que sofreram durante o processo de separação. Os dados obtidos encontram-se registrados abaixo.

Os resultados serão apresentados a seguir, da seguinte forma: primeiramente, cada caso será relatado na forma de um resumo dos principais dados da entrevista. A seguir, haverá a descrição dos dados sócio-demográficos das

entrevistadas e de sua vida conjugal. O terceiro item apresenta os aspectos descritivos referentes à conjugalidade. O quarto item trata dos principais eixos analíticos: contexto e modos de resolução das tensões conjugais.

4.1 RESUMO DAS ENTREVISTAS

Caso 1: Neste relato, apareceram dados sobre violência doméstica. O casal vivia um relacionamento de agressividade, maus tratos advindos de um marido ciumento. Parte dessa sua violência estava relacionada ao uso de drogas, o que o tornava mais agressivo e até tirano. A pesquisada teve dois casamentos, apresentando dificuldades de relacionamento apenas na primeira união. Em relação ao segundo casamento, ela relata que o companheiro é amigo e gosta de resolver todos os problemas por meio de diálogo. Ela diz ter encontrado paz e harmonia constantes.

Caso 2: A entrevistada teve dois casamentos. No primeiro casamento vivenciaram crises domésticas, brigas geradas por ciúme e foi traída pelo marido, fato a desapontou muito, levando à separação do casal. Relatou não suportar traição e não conseguir perdoar. No segundo casamento, ela vive outro tipo de crise doméstica, que não é traição do marido, mas o fato de ele ser usuário de drogas e viver constantemente desempregado, o que gera brigas e desavenças constantes. Relatou que está agüentando o casamento. Teve a filha por querer, desejar, esperando que, por meio dessa filha, o marido amadurecesse. Sofreu muito na gravidez com a vida que o marido leva. Frisou que não aceita traição dele e que, se souber de algo, vai embora com os filhos.

Caso 3: A entrevistada teve apenas um casamento e afirma que não teve problemas com o marido até o nascimento do segundo filho. O marido não aceitou a gravidez, forçando-a a praticar o aborto. Ela relata que foi firme e levou a gravidez até o fim. No período da gravidez, o casal se separou. Entre as tentativas de reconciliação houve brigas e muitas agressões verbais. A entrevistada diz que ainda está magoada e ressentida com a falta de sensibilidade e de companheirismo do marido.

Caso 4: O primeiro envolvimento amoroso da entrevistada foi um tanto conturbado, cheio de problemas provenientes da insatisfação de seus pais com o namoro. Sua mãe relutou em aceitar a gravidez da filha e sua união com o namorado, que ela não aceitava, expulsando-a de casa. O esposo viveu uma vida de solteiro, com casos de traição, saídas com outras mulheres, bebidas e, principalmente, o grande problema

do envolvimento com drogas. Ela passou a viver com a família do esposo, que avalia como insuportável, vindo a se separar.

No segundo momento de sua vida, que é o seu segundo casamento, este já não apresenta os mesmos conflitos. Ela se mostra bem satisfeita e feliz com o atual casamento.

Caso 5: A entrevistada relata ter sido vítima de violência. Revelou ter tido várias uniões, das quais duas com relacionamentos difíceis. No primeiro casamento, ocorreu violência moral - constrangimentos e preconceito racial -, causando-lhe uma série de dificuldades e levando-a a ter baixa estima.

O segundo casamento compreendeu vários tipos de conflitos, gerando violências de âmbito moral, verbal e física. Foi relatada, a constância do uso de drogas, traição, ciúmes e prostituição masculina.

A entrevistada relata um terceiro caso de gravidez indesejada e ciúmes por parte do companheiro. A mesma mostra-se insegura neste novo relacionamento, tem dúvidas e teme passar por grandes dificuldades novamente, pois o futuro marido encontra-se desempregado. Isso a preocupa muito, mas, ao mesmo tempo, por ser uma mulher jovem deseja ardentemente ter um companheiro para dividir responsabilidades e criar seus filhos, acha que a presença masculina é importante.

Caso 6: A entrevistada relata ter tido apenas um casamento e vivido momentos muito difíceis na sua relação conjugal. Teve dois filhos. O casamento apresentou várias fases conturbadas, em decorrência de sua própria ingenuidade e imaturidade e por não saber conduzir a sua relação afetiva por causa de ciúmes do companheiro que, segundo ela vivia a bigamia, o que provocou a separação do casal. Foram ao longo dos anos inúmeras brigas e agressões. Ainda neste relato a mesma conta que o segundo filho não foi aceito pelo companheiro, motivo pelo qual o casal vivia em casas separadas. O companheiro duvidou da sua fidelidade. Neste momento ela menciona que ele registrou o menino sob ameaças e que ele não manifesta carinho e nem atenção à criança, dando apenas assistência material, e negligencia a atenção como pai.

Caso 7: A entrevistada teve dois relacionamentos amorosos, o primeiro muito conturbado, onde relata com detalhes o sofrimento que passou. No primeiro relacionamento, ficou grávida e a mãe do rapaz se envolveu muito na relação e influenciou o filho a deixá-la. Ela viveu alguns meses com ele, mas com sérios problemas de relacionamento com a sogra. Ela alegou que a mesma não gostava dela. A gravidez foi difícil: eles tiveram uma briga quando ela estava com quase seis meses, e ele foi embora para outro estado. Ela teve que ameaçá-lo na justiça para que ele viesse registrar a criança. A mesma conta que, no segundo casamento, ela vive uma relação mais estável e segura, pois gosta do companheiro. Relata que existe entre eles uma amizade e se sente tranqüila ao seu lado.

4.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DAS ENTREVISTAS

Durante as entrevistas foram obtidas informações relativas às entrevistadas, sobre: (1) idade; (2) escolaridade; (3) profissão; (4) idade dos filhos e (5) quantos companheiros já tiveram. Os dados obtidos encontram-se registrados no Quadro Descritivo 1, a seguir.

Quadro 1: Resumo dos dados descritivos, referentes às mulheres entrevistadas. Salvador, 2011.

CASOS	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	IDADE DOS FILHOS	COMPANHEIROS
01	28 anos	Ensino Médio Incompleto	Doceira	7 anos 1 ano 4 meses	01
02	29 anos	Ensino fundamental Incompleto	Vendedora e cosméticos	8 anos 10 meses	02
03	30 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Diarista	7 anos 1 ano	02
04	37 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Doméstica	15 anos 1 ano	02
05	26 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Diarista	6 anos 3 anos 2 dois meses.	03
06	27 anos	Médio Incompleto	Diarista	4 anos 11 meses	01
07	27 anos	Médio Completo	Diarista	10 anos 04 anos	02

Pode-se observar que as entrevistadas têm suas idades situadas entre 26 e 37 anos, tendo de dois a três filhos, com baixa escolaridade. Tiveram os seus primeiros filhos em torno de 21 anos. Exerciam, como profissão, doméstica, embora uma sejam doceira e outra vendedora de cosméticos. A maior parte das participantes teve mais de um companheiro.

Pode-se deduzir da diferença entre as idades dos filhos haver algum tipo de controle de natalidade. Outro dado importante é uma aparente associação entre casamento/natalidade, ou seja, cada casamento está associado ao surgimento de um filho.

4.3 Conjugalidade e maternidade

Neste item, iremos apresentar os resultados referentes às categorias: formas de conhecimento; motivo do casamento; tempo de permanência nos casamentos e número de filhos; motivo da separação e intervenções no processo de separação.

Quadro 2 – Aspectos descritivos quanto à conjugalidade, Salvador, 2011.

CASOS	COMO CONHECEU O COMPANHEIRO		MOTIVO DO CASAMENTO		TEMPO QUE FICOU CASADA		Nº DE FILHOS		MOTIVO DA SEPARAÇÃO		INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO	
	PRIMEIRO	ATUAL	PRIMEIRO	ATUAL	PRIMEIRO	ATUAL	PRIMEIRO	ATUAL	PRIMEIRO	ATUAL	PRIMEIRO	ATUAL
01	No bairro.	Amigos de infância.	Amor Gravidez	Amor	5 a	1ª 6m	01	01	Agressividade e Ciúme Maltrato	Continua casada	Advogado Sogra abrigou o filho	Não houve relato
02	No trabalho (colega).	No trabalho (ele era cliente do bar).	Amor	Amor	5 a	3 a	01	01	Traição dele.	Continua casada	Pais	Não houve relato
03	No trabalho (colega).	Só teve um casamento	Amor Gravidez	X	10 a	Continua casada	02	-	Ele não aceitou a segunda gravidez e a rejeitou	Continua casada	Pais	Não houve relato
04	Durante uma festa.	Ao passear na praça.	Não casaram. Criou a filha sozinha. Gravidez	Amor	3 a	7 a	01	01	Drogas, bebida	Continua casada	Pais	Não houve relato
05	No trabalho (patrão).	Durante o culto, na Igreja.	Não casaram criou a filha sozinha Gravidez	Ficou grávida	2 a	1 ano e três meses	01	02	Preconceito dele. Vergonha por ser ela sua empregada doméstica.	Continua casada	A família dele era contra a união, por preconceito, inclusive de raça.	Não houve relato
06	No bar.	Não tem companheiro no momento	Amor	Não tem companheiro no momento	3 a	Não tem companheiro no momento	02	-	Traição dele. Companheiro o tinha outra família.	-	Mãe	Não houve relato.
07	Vaquejada Festa	Amigo Vizinho	Amor Gravidez	Amizade Estabilidade e	1ano e 5 meses	10 anos	01	01	Sogra Brigas Bebida Rejeição Gravidez	-	Sogra	Não relato

Conforme os dados registrados no Quadro 2, as entrevistadas conheceram os seus companheiros de variadas maneiras. No primeiro casamento, três entrevistadas relataram que conheceram os companheiros no trabalho, duas em festas, e uma no bairro onde morava. Já no segundo casamento, uma fala que conheceu o companheiro na infância e outra no trabalho e outras duas na igreja, e

outra ainda quando estava passeando na praça, e tendo outra entrevistada, na qual, menciona ter conhecido o seu namorado em uma vaquejada. Portanto, pode-se dizer que os casais se conheceram como em geral se conhecem as pessoas (até o advento das redes virtuais): na proximidade em que habitam e nas atividades de que participam.

Neste conhecimento, relatam ter vivido experiências amorosas que as levaram a optar pelo companheiro. Quatro das entrevistadas se uniram por amor. Elas destacam elementos que as levaram a se interessar pelos companheiros também colocam a intensidade do amor, a forma insistente para manter os relacionamentos e ser correspondidas nesta investida amorosa. Diante disso, o amor romântico tem sido apontado por vários autores como os motivos para os relacionamentos conjugais (GIDDENS, 1993; JABLONSKI, 1998). Este é apresentado nas falas, o que nos permitiu fazer essa leitura.

Conheci ele lá no bairro mesmo, também assim achando que era boa gente. Veja, ele era bonito, eu gostei dele, me apaixonei mesmo, ligava pra ele várias vezes ao dia, corria atrás, aí ele começou a namorar comigo (Caso 5).

Eu vinha de uma festa... ele tava numa pracinha, e eu olhei pra ele e ele tava me olhando também... Bem, aí ele chegou até a mim e me convidou pra dançar e eu perguntei tem namorada? Ele respondeu que não, então eu disse vamos borá... Já no primeiro dia ele veio aqui em casa, no segundo na casa dele, e depois começamos a namorar (Caso 4).

Féres-Carneiro (2001), a respeito dos laços conjugais na contemporaneidade, aponta a sua fluidez, onde os sujeitos consideram cada vez mais a possibilidade de dissolução desses laços conjugais, mesmo fazendo promessas do “eu” a partir do “nós”. No entanto, a relação estável parece ser valorizada pelas participantes nos seus depoimentos, onde elas desejam um

companheiro e que estes tenham capacidade de estar dividindo o seu dia - a - dia, ou seja, participando do seu cotidiano.

Fomos criados juntos, desde pequenos nos conhecíamos éramos amigos. Ele não morava mais aqui e começamos a se ver e a se encontrar. Ele convidou pra gente sair e hoje estamos juntos há 1 ano e 6 meses (Caso 1).

Em outro relato, a entrevistada destaca a sua vontade de criar laços e afetos, a gravidez aparecendo neste momento. Gostaria que a futura relação desse certo. Percebe-se na fala a ausência da mãe e a postura da mesma em não ajudar a filha com relação à maternidade.

Minha família era totalmente contra, mas eu fui insistindo. Aí, minha família não queria aceitar e eu insistindo, foi tanto que engravidei, e minha mãe não quis me ajudar (Caso 4).

Neste caso a entrevistada se opõe ao desejo da família e recebe, como punição, a retirada de apoio, emocional e financeiro, o que se mostrou, como veremos adiante, um importante elemento relativo à conjugalidade e situações a ela associada.

Duas participantes não chegaram a constituir uma relação estável: uma, por oposição da família do homem baseada em preconceito de cor e de classe social; a outra, por imposição da mãe, em que esta alegava não gostar do seu companheiro. É importante notar na fala a seguir, o processo de insegurança que a mesma passa neste momento da sua existência, vivendo fortes emoções e ansiedades motivadas pela maternidade. É importante relatar que sentiu a rejeição provocada pela família do futuro companheiro. Cabe também apontar como motivo da separação que o companheiro não estava interessado em manter uma relação estável; segundo o relato, estava interessado apenas em um relacionamento baseado no sexo.

Fiquei desesperada com a barriga, foi muito difícil e complicado, porque a família dele não queria eu era negra, pobre e sem estudo, ele de família nobre, estudado, branco; ele ficou um tempo comigo, mas não deu e nem queria, o negócio dele era apenas a transa mesmo, eu é que não percebi, sofri muito com tudo a família me rejeitava era preconceito mesmo sabe” (Caso 5).

As mulheres das camadas populares denotaram sofrer ações sociais como preconceitos de cor e de classe social; sofrem, também, a influência de suas famílias devido à dependência quer afetiva, quer econômica, levando-se em conta ainda a importância das relações de reciprocidade e de responsabilidade mútua descritas ocorrerem no meio popular (SARTI, 2009).

A partir de algumas falas, observou-se o desejo de constituir família e a necessidade de apoio e de segurança – econômica e emocional -, conforme se pode constatar nos seguintes exemplos:

Mas... vou ter que ter um homem pra me ajudar a sustentar essas crianças (Caso 5).

O primeiro companheiro, nós ficamos cinco anos juntos, ele era muito agressivo (Caso 1).

Convivi com ele cinco anos, tive o meu primeiro filho com 21 anos (Caso 2).

A importância dada à relação estável pode ser vista também no fato de que quatro das entrevistadas se recasaram. O tempo médio das uniões no primeiro casamento foi de dois anos; no segundo casamento, ocorreu uma média de quatro anos. Uma das participantes teve apenas um casamento e está com esse companheiro há sete anos. Apenas uma delas não continua casada com o pai de seu filho caçula.

Bem, eu fiz uma viagem aqui pra Salvador para trabalhar numa casa e ele era caseiro nesta casa. Aí, a gente se conheceu e depois de um mês e meio a gente começou a namorar. (...) Ficamos namorando em um ano e meio daí nos casamos (Caso 3).

Bauman (2004) chama a atenção para a fragilidade atual dos laços afetivos e dos relacionamentos humanos. O autor chama essa era de “modernidade líquida”, o relacionamento humano configura-se de forma efêmera. Os sentimentos que inspiram as pessoas são conflitantes: ora o desejo de tornar o laço intenso e, ao mesmo tempo, deixá-lo desprendido. Nossas entrevistadas, por estarem num segundo casamento, podem estar vivenciando e expressando tal fluidez em suas vidas e o desejo de ter laços fortes.

Fiquei depois disso um bom tempo sem ninguém, tive outros namoros pequenos. Fiquei evangélica, sabe, e lá encontrei um rapaz é cristão. Gostei dele (Caso 5).

Dentro deste mundo “líquido” e fluido, a inserção nas igrejas evangélicas, ou mesmo em outras religiões, parece ser um modo de conseguir alguma estabilidade.

Apesar de haver dois casamentos na maioria dos casos, as entrevistadas tiveram apenas dois filhos, sendo um da primeira união e outro, o caçula, do casamento atual. Somente um caso possui três filhos e três casamentos. Denotam, deste modo, haver controle da natalidade. No entanto, a maior parte das entrevistadas alegou como motivo para as uniões o fato de estarem grávidas.

Claro engravidei ...sempre fico grávida em seguida (...) (Caso 5).

Olha, eu tinha vontade de ter um filho, queria dar um filho homem a ele, achando que conquistaria ele de vez, que ingenuidade (...) (Caso 6).

Para Del Priore (2001), a mulher hoje se encontra numa situação em que pode tomar decisões no que tange a querer ou não querer casar, ter ou não ter filhos e planejar o número de filhos. Isto parece ocorrer com nossas entrevistadas que, de certo modo, escolhem casar e ter filhos. No entanto, como Sarti (2009) destaca, a maternidade foi concebida muitas vezes como um “dever”, como um “fenômeno natural” que mais cedo ou mais tarde deve acontecer. Por isso, não é vista pelas classes populares como um problema, mas sim como uma mudança de vida. No caso de nossas entrevistas, essa mudança apareceu associada ao início de um novo relacionamento.

O motivo da separação alegado por três participantes foi à traição pelo companheiro, sendo que uma relatou maus tratos, agressividade, violência e outro preconceito e rejeição pela família. Estes tópicos serão abordados no item seguinte.

Quanto à intervenção familiar na separação, duas participantes relataram que, no primeiro casamento, a sogra abrigou o companheiro por estar foragido da polícia e também por motivos de agressões à esposa; neste caso, houve intervenção de advogado. Outra relatou que a família dele era preconceituosa e não permitiu a união dos mesmos. Este tópico também será objeto do item seguinte.

Quadro 3 – Sobre as tensões conjugais, Salvador, 2011.

	CONTEXTO DAS TENSÕES			Modos de Resolução			OUTRAS CATEGORIAS RECASAMENTO	
	AGRESSIVIDADE	MATERNIDADE	AMBIVALÊNCIA Manunção do Conflito	PRESENÇA DO HOMEM		REDE DE APOIO		Modos de enfrentament os da situação Conjugal
				SIM	NÃO			
01	Traição do marido. Violência contra a mulher.	Fuga. Ausência.	Perdão e volta a aceita - lo em casa após agressão	X		Advogado centro espírita delegacia	Retornou várias vezes p/ o mesmo marido	Recasamento Poucos filhos
02	Traição do marido.	Ausência do marido.	Perdão e volta a aceitá- lo em casa após traição	X		X	Várias separações com retorno p/ o mesmo marido	Recasamento Poucos filhos
03	Rejeição. Agressão verbal.	Rejeição. Separação.	Perdão e aceitação após rejeição	X		Pais	Separou-se, mas retornou p/ o companheiro	Apenas um casamento Poucos filhos
04	Uso de drogas.	Traição do marido. Bebida. Rejeição.	X	X		Patroa e o pai	Separou-se mas retornou p/ o companheiro	Recasamento Poucos filhos
05	Preconceito. Violência moral.	Traição, drogas, mentiras.	Perdão e volta a aceitá- lo em casa após traição	X		Ex companheiro e a mãe dele	Separou-se mas retornou p/ o companheiro	Recasamento Poucos filhos
06	Traição do marido. Mentiras.	Traição do marido. Mentiras.	Perdão e volta aceitá-lo em casa após brigas e traição		X	Mãe	Retornou várias vezes p/ o mesmo companheiro	Apenas um casamento Poucos filhos
07	Macumba Sogra possessiva e interesseira Agressividade verbal	Mentiras Achava que o filho não era dele. Rejeição da gravidez	Não houve apoio materno		X	Sogra Mãe Prima	Marido desapareceu Reconhecime nto da filha na justiça	Recasamento Presença do homem Poucos filhos

4.4 Principais eixos analíticos: Contexto da conjugalidade e modos de resolução das tensões conjugais

Na análise das entrevistas, foram estabelecidos dois eixos analíticos: o contexto das conjugalidades e o modo de resolução das tensões. Em relação ao primeiro, levantaram-se as seguintes categorias: (a) agressividade; (b) maternidade e (c) ambivalência no modo de lidar. Sobre a resolução do conflito, têm-se como categorias: (a) presença do homem; (b) rede de apoio e (c) modos de enfrentamento da situação conjugal; (d) recasamentos.

4.4.1 Contexto das tensões conjugais

O contexto das conjugalidades constituiu-se em um dos eixos de análise devido à força com que as tensões e conflitos foram evidenciados pelas entrevistadas. Este eixo objetivou descrever o meio e modo em que a vivência da conjugalidade e da maternidade ocorreram conforme o relato das entrevistadas.

4.4.1.1 Agressividade

Denominamos este item agressividade, e não violência, por este termo ser mais amplo e descrever melhor as vivências relatadas pelas entrevistadas.

A violência conjugal, assim como a violência doméstica, tem sido considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um grave problema de saúde pública devido ao seu caráter universal, indo muito além dos danos imediatos causados à vítima.

Segundo Del Priore (2009), na violência doméstica, as maiores vítimas são as mulheres. Considera que a “violência doméstica” se refere ao espaço onde ocorrem

os atos violentos, qual seja, o ambiente, podendo ser perpetrada tanto por membros da família como por vizinhos, amigos ou outras pessoas que freqüentam a residência. Apesar de todas as entrevistadas apontarem maus tratos e agressividade, em um deles destacam-se as agressões físicas e surras violentas, socos pelo corpo inteiro. O motivo que levava o companheiro a praticar esses atos provinha de ciúme em excesso.

Ele era muito agressivo, ciumento, me batia mesmo, quase fiquei cega, não podia ficar na frente de casa. Quando ele chegava e me encontrava na frente me batia, as surras eram sempre devido ao ciúme doentio (Caso 1).

Bom, ele veio fomos, registrar a criança e ele jogou o papel na minha cara, brigamos, houve agressão verbal, nunca mais vi ele (Caso7).

As agressões contra as mulheres, segundo Del Priore (2009), podem ocorrer dentro da esfera familiar, e ter como agressores os maridos ou companheiros. O fato é constatado em todas as classes sociais. Percebe-se que os sentimentos, nesses casos, apresentam-se bastante contraditórios e algumas vezes difusos como: violência/ sedução, carinho/ arrependimento. No caso abaixo, a traição foi marcante na relação, provocando na entrevistada vários sentimentos.

Quando a gente tinha um ano e meio juntos, ele me traiu. Dali em diante, não consegui perdoar, ainda vivemos muito tempo juntos, mas sempre com aquele sentimento no coração (...) (Caso 3).

Casemiro (2002) comenta que, na violência para as famílias pobres, alguns fatores como o consumo de álcool, drogas e a falta de dinheiro podem emergir como um fator importante para gerar a violência doméstica. Em outro caso, a entrevistada relata que a agressividade por parte do companheiro foi devido a este ser usuário de

drogas, queixando-se que ele era grosseiro e tinha o hábito de sair constantemente de casa.

Ele é muito grosso, é usuário de drogas, não me bate, só briga mesmo. (...) O problema maior é a droga mesmo, sai muito, não fica em casa (Caso 2).

As entrevistadas vivem em um mundo de submissão e dependência, o que as sujeita a sofrer humilhações de diferentes ordens. Motivadas por ciúmes, uso de drogas, traição, sentem-se frequentemente impotentes para arcar com a situação.

4.4.1.2 Maternidade

Apesar de todas as entrevistadas apontarem que a maternidade não foi o motivo de mudanças e problemas na sua conjugalidade, em seus relatos, isto aparece como um fator muito importante. Se para as entrevistadas não é o agravante dos problemas, a maternidade aparece de forma subjetiva. Vários motivos nos levam a acreditar que a maternidade pode gerar problemas. Nos casos abaixo, a entrevistada teve a criança com o parceiro ausente por motivos de brigas e desavenças com outro rapaz. Ainda são apontadas nos relatos o processo de rejeição, frieza dos companheiros e o medo frente à nova situação. A maternidade aparece como um entrave para o relacionamento do casal, sendo destacada como um ponto importante para as desavenças conjugais.

Ele não esteve presente na gravidez, porque ele tinha brigado com um rapaz e eu passei a gravidez toda sozinha. Quando ele voltou, o nenê já tava com três meses (Caso 1).

“Ele me rejeitou, não dava atenção nem carinho, passei bom tempo da gravidez nervosa, triste mesmo com muito medo de não ter coragem de suportar isso, a gravidez é que foi o marco para que tudo isso acontecesse, ele não curtiu a gravidez, sabe... (Caso 2).

Ele rejeitou totalmente a segunda gravidez, ele não olhava para mim. Não aceitava o filho (Caso 3).

A rejeição da gravidez apareceu também em outros casos. Desta forma, a maternidade foi percebida por todas as entrevistadas de modo intenso, o amor maior, a coisa mais importante na vida de uma mulher. No entanto, o desprezo faz com que a mulher se sinta insegura e em profunda tristeza. Sendo assim, essa situação poderá piorar, seja porque as mulheres ficam com seus filhos em condições precárias, seja porque elas, em busca de autonomia e sobrevivência pessoal, começam a negligenciá-los da mesma forma que os homens; assim, as mulheres têm de resolver os problemas dos filhos e, ao mesmo tempo, perdem o controle sobre suas vidas (CASTELLS, 2008).

Cabe assinalar que as nossas entrevistadas vivem em suas gestações situações conturbadas e cheia de conflitos, além de marcadas por traições e indiferenças, denotando em suas falas que a gravidez emerge como um motivo claro para as separações, conforme os relatos abaixo:

A gravidez foi muito estressante, ele queria mulheres, me traía muito, saia pra beber toda hora, bem, sabe como é... (risos) problemas desse tipo (Caso 4).

Acho que em parte sim, porque depois que tive Amada que ele piorou, dizia que eu não dava bola pra ele, que tinha que cuidar das crianças, não podia ir a lugar nenhum, ele reclamava muito com isso, a desculpa era essa que as crianças atrapalhavam em tudo, até pode ser que as crianças atrapalhavam se a gente não souber lidar, tiram a privacidade mesmo toda da gente, ele dizia que não tinha espaço para ele que ficava irritado com choro das crianças (Caso 5).

Começou a dizer que não tinha certeza que a filha era dele. Aí eu disse, bora, fazer o DNA (Caso 7).

A gravidez pode ser geradora de estresse e da sensação de medo. No caso abaixo, o companheiro duvidou da paternidade, tendo com isto provocado uma situação embaraçosa e ameaçadora para a entrevistada. Esta relatou que se encontrava com o companheiro esporadicamente, mas mantinha a fidelidade e preservava a sua dignidade moral que foi afetada pela rejeição do mesmo presente a gravidez.

Eu fiquei grávida outra vez, aí começou o inferno mesmo, se antes teve confusão agora foi muito pior. Ele mudou radicalmente comigo. Quando eu fiquei grávida os nossos encontros eram distantes, eram de vez em quando, e ele acreditava que eu estivesse sozinha, como ele nunca estava só, na cabeça dele ele achava que eu também era igual, agia da mesma forma. Bem contei que estava grávida, ele logo disse que não acreditava que o filho fosse dele (Caso 6).

Portanto, a gravidez e a maternidade aparecem como motivos de desavenças na conjugalidade.

4.4.1.3 Ambivalência no modo de lidar

A ambivalência – dirigir sentimentos antagônicos em relação a um mesmo objeto - foi apontada de forma clara nos casos apresentados no que se refere às formas como as entrevistadas lidam com as rejeições, brigas e traições dos companheiros, demonstrando, em vários casos uma inconstância de sentimentos e modificações de formas de enfrentar as situações propostas e o modo de lidar com esses conflitos. Apesar de haver o perdão após as brigas, que ocorriam com muita intensidade, também outros sentimentos apareciam, que ficam marcados e presentes na relação.

Autores como Perrone e Nannini (2007) reforçam a existência desse processo cíclico de acúmulo de tensão, com episódios de tensão aguda e de calma amante (lua de mel). Esse processo convida a vítima a entrar na dança da situação abusiva, provocando, assim, o ciclo em que muitos casais permaneçam durante vários anos de relações nessa situação.

Ele pedia perdão após as brigas e eu sempre perdoava (Caso 1).

Quando a gente tinha um ano e meio junto, ele me traiu. Dali em diante, não consegui perdoar. Ainda vivemos muito tempo junto, mas sempre com aquele sentimento no meu coração (Caso 2).

Ainda a respeito das questões motivadoras do modo de lidar com as tensões presentes na vida conjugal, nos relatos abaixo fica claro o quanto as entrevistadas mostram-se ambivalentes, permitindo em diferentes circunstâncias o perdão, manifestado como amor incondicional por algumas das entrevistadas, que, ao mesmo tempo, vivenciando violências e agressões por longos períodos de suas vidas, sujeitam-se a humilhações.

Levava dias fora de casa quando vinha, estava aéreo, distante, acho que ficava pensando no que fazia... (Caso 5).

Comecei a querer saber da vida íntima dele, pra que... ele ficava furioso me batia, me dava empurrões, safanões, dizia que tinha nojo de mim. Mas isso era quando ele chegava bem mal assim... drogado das orgias. Depois ele descansava ficava mais calmo, e era até carinhoso e eu relevava pelo amor, sabe. Isso durou muito tempo... (Caso 5).

No relato seguinte o amor incondicional é apresentado na fala da entrevistada, onde ela suporta tudo para manter o companheiro ao seu lado. A forma de enfrentar a situação e a dúvida são marcantes no relato.

Mas eu gostava muito dele, sabe... quando se gosta a gente agüenta tudo, não é mesmo. Passou algum tempo, ele começou a me visitar dizia que queria ver o menino (Caso 6).

A necessidade da mulher se vincular em contraposição ao desejo do homem de circular (SALEM, 2006) parece estar na base da dinâmica de ambivalência, conforme destacado pelos casos acima, pois a mulher, mesmo sofrendo e em condição desvantajosa, parece duvidar de que deve romper a relação.

4.4.2 Modos de resolução das tensões conjugais

O eixo modos de resolução das tensões conjugais será apresentado e discutido pelas seguintes categorias: presença do homem, rede de apoio, modos de enfrentamento da situação conjugal e recasamento.

4.4.2.1 Presença do homem

O papel do gênero masculino foi marcante nas falas das entrevistadas. Em cinco casos, a presença do homem é apresentada como uma figura muito importante. Nesta camada social, o homem não é apenas uma figura para dividir as despesas domésticas, mas também exerce um papel de proteção e amparo, física e moral. Sendo assim, as entrevistadas buscam nos novos companheiros o compartilhar conforme expressado em suas falas:

(...) Ele é amoroso, carinhoso tá bem melhor totalmente diferente do meu primeiro marido (Caso 1).

Aqui a entrevistada destaca o desejo em manter a sua família, desejando com clareza manter-se casada, não gostaria de ser solteira. Nessa fala, a

insegurança e o medo são evidentes, a presença do homem é importante para os filhos e para ela.

(...) eu gosto de ser casada, não gostaria de ser solteira, acho difícil viver sozinha, acho que os meninos precisam de um pai (Caso 3).

Nas falas abaixo, a presença do homem é fundamental na vida da mulher. Aqui fica destacado o aspecto econômico: para as entrevistadas o papel masculino de provedor é fundamental.

(...) Ele é um homem dedicado trabalhador, eu me encontrei com ele (Caso 4).

() Mas vou ter que ter um homem para me ajudar a sustentar essas crianças (Caso 5).

Apresenta-se, neste item, a forte presença do homem na conjugalidade e o quanto ele é importante para as entrevistadas, não só no aspecto econômico, mas também como figura representativa para os filhos.

4.4.2.2 Rede de apoio

Todas entrevistadas relataram maus tratos, e buscaram ajuda de outras pessoas, em geral familiares, e em instituições tais como: advogados, delegacias e entidades, que possam ajudá-las a resolver a situação apresentada. Em alguns casos, o relato revela dor e medo, após muito tempo de sofrimento devido às agressões. No caso abaixo, a entrevistada resolveu pedir ajuda junto ao centro

espírita, relatando que encontrou amparo junto a uma advogada que fez uma intimação contra o companheiro agressor.

Foi quando eu resolvi dar queixa na delegacia”. (...) “No terceiro dia informaram que no centro espírita tinha advogado e eu fui ajudada”. (...) “ eu fui lá conversei e uma advogada fez uma intimação (Caso 1).

No relato seguinte, o apoio apresentado foi dos próprios pais. A família, e principalmente o pai neste caso, foi o principal ponto de apoio para a entrevistada.

(...) fui pro interior morar e fui mora com o meu pai (Caso 3).

No excerto seguinte, como apoio aparece a compreensão da patroa, que estabeleceu uma relação de cumplicidade com a entrevistada, fornecendo-lhe bem estar e confiança para que esta desse continuidade à sua gravidez e tivesse o seu filho em segurança.

(...) Bom, fui trabalhar com a barriga, não falei nada pra patroa que estava grávida, escondi até quando pude. Mas ela era muito boa e compreensiva, me ajudou muito, contei pra ela toda a minha situação, pedi força a ela e ela me ajudou (Caso 4).

A rede de apoio foi também fornecida pela sogra e pela pensão que o ex-companheiro pode fornecer. Além de receber ajuda material da sogra, esta a ajuda em cuidados para que a mesma possa trabalhar.

(...) mas com o tempo, ele acabou dando pensão para a filha (Caso 5).

Nos separamos cada um para um lado, a mãe dele me ajuda com a menina dá as coisas que ele precisa (Caso 5).

O apoio da figura materna foi importante. Uma entrevistada destaca várias brigas e cenas de desavenças com o companheiro, sendo a mãe seu refúgio: esta se mostra compreensiva e ajuda a filha na situação difícil.

(...) Até que um dia a briga foi tanta que eu resolvi sair de casa, fui morar na casa da minha mãe, com o menino (Caso 6).

Deste modo, podemos observar que a rede de apoio foi formada basicamente por membros da família, mãe, pai, sogra, e também por pessoas de instituições, como advogado.

4.4.2.3 Modos de enfrentamentos da situação conjugal

Para a resolução do conflito uma entrevistada passou por vários momentos de dificuldades. Após consecutivas queixas na delegacia, decidiu não mais se sujeitar às desculpas e pedidos de perdão do companheiro. Conscientizando-se da problemática, percebeu que a resolução do problema encontrava-se na sua coragem para enfrentar a situação. Ela não permitiu mais se envolver emocionalmente com os pedidos de desculpas e partiu para a separação total, encontrando dessa forma a paz e a tranquilidade tão desejada.

(...) A partir daí, ele ficou com medo dessa intimação e partiu, daí ele não me bateu mais, pediu desculpas e pediu para eu retirar a queixa. Mas eu não me sensibilizei, não retirei a queixa, não acreditei nele. Eu já tinha sofrido tanto nas mãos dele que não havia mais nada, nenhum sentimento. Resolvi que não ia retirar a queixa (Caso 1).

Portanto, o enfrentamento se deu a partir de uma mudança interior que resultou em uma decisão de não mais continuar o relacionamento, o que lhe forneceu a base para assumir as consequências de tal decisão.

Outra entrevistada decidiu a pedido da família engravidar. Segunda ela, a família fazia pressão para que ela engravidasse; neste caso, a gravidez seria uma forma de ajudar a manutenção do relacionamento. Pensava ela que a maternidade proporcionaria ao companheiro a responsabilidade de pai. Mas, mesmo engravidando, não tinha vontade de continuar a relação. Neste caso, fica evidenciado a sujeição ao desejo da família de estabilizar a relação conjugal por meio de uma gravidez, vista pelo conjunto familiar como um possível amadurecimento do companheiro.

Resolvemos ter um filho por pressão da família, pois eles achavam que nós devia ter um filho, e eu tive, mas já com a intenção de me separar (Caso 2).

No caso seguinte, a entrevistada destaca brigas constantes com a mãe. Percebe-se que os vínculos de afeto são superficiais, aparecendo nos conflitos e nas agressões essa fluidez. Para enfrentar a situação, a entrevistada tenta uma convivência com o companheiro e sua família, sendo que não consegue obter êxito nesta investida, devido ao ambiente perturbado.

Não cheguei a casar não, depois que tive minha filha tive outra briga com minha mãe, fui morar com a família dele, mas foi horrível, sabe, muita gente, muito conturbado (Caso 4).

No relato abaixo, a entrevistada resolveu a situação de enfrentamento buscando ajuda em uma delegacia. Demonstrou uma vontade e decisão de resolver a situação de dor e vergonha a que vinha se submetendo. Alegou muita tristeza ao ter conhecimento de que o companheiro exercia a prostituição masculina como meio de vida. Apesar de perceber não ser esta uma vida de casal, a entrevistada demorou alguns anos para promover uma total separação.

A briga foi muito grande, fomos parar na delegacia, ele me agrediu, me bateu... sabe eu também bati muito. (...) Sabe fui humilhada com ele, a vergonha de ter um companheiro assim desse tipo que se vende por dinheiro foi horrível... Bem depois voltamos algumas vezes, você acredita... é, voltamos, eu era apaixonada, minha amiga (Caso 5).

Estes casos mostram que o enfrentamento exigiu uma decisão firme apoiada em forças que podem ser internas e/ou externas, estas advindas de ajudas recebidas de pessoas e/ou instituições devido às condições especialmente difíceis que caracterizam a conjugalidade das entrevistadas.

4.4.2.4 Recasamento

Nestes relatos, as entrevistadas destacam a satisfação de encontrar um novo companheiro. Uma delas relata a alegria ser tanta que a agradece a Deus, destacando o quanto está feliz no novo casamento, não demonstrando frustração, decepção ou mesmo arrependimento do novo enlace.

Graças a Deus, a relação é maravilhosa, ele é super sensato, tranqüilo com a gestação até melhorou mais (Caso 1).

A forma como se deu o novo relacionamento no caso seguinte foi intencional, motivado pelo conhecimento de seu pai que lhe apresentou o futuro

companheiro. A entrevistada percebeu que gostou do mesmo e no seu relato também demonstra satisfação no relacionamento.

No segundo casamento, conheci ele no bar, fui trabalhar com o meu pai e ele jogava sinuca lá (Caso 2).

Abaixo, a entrevistada relata como conheceu o seu novo companheiro, como um fato casual onde duas pessoas se conhecem e trocam olhares sem intenção nenhuma. Mas a mesma relata que a partir desse momento surge uma relação de carinho e amizade, partindo, após breves encontros, para um relacionamento conjugal. O que chama a atenção é como os relacionamentos acontecem e tornam-se fortes em pouco tempo, a conjugalidade se construindo em poucos encontros.

Eu vinha de uma festa ... ele tava na pracinha, e eu olhei pra ele e ele tava me olhando também... Já no primeiro dia, ele veio aqui pra casa, no segundo foi na casa dele, depois começamos a namorar. Depois de três meses, passamos a morar juntos (Caso 4).

No caso exposto abaixo, a entrevistada relata que quando terminou o seu relacionamento com o primeiro companheiro, ficou um bom tempo sem ninguém, apenas pequenos namoricos. A religião foi o seu refúgio e lá ela encontrou um novo companheiro. Aqui se vê a ligação entre a frequência a uma igreja e a vontade de encontrar um novo companheiro.

Fiquei depois disso um bom tempo sem ninguém outros namoros pequenos. Fiquei evangélica, sabe, e aí encontrei um rapaz, é cristão. Gostei dele (Caso 5).

Estes casos mostram que as entrevistadas assumiram compromissos com seus novos companheiros de forma rápida, pois, em poucos encontros, resolveram viver juntos e compartilhar uma conjugalidade.

5. Considerações Finais

Este estudo exploratório foi realizado com mulheres que procuraram ajuda em uma instituição religiosa. Deste modo, mesmo sem pretender qualquer representatividade, ele fala de uma população que estava sob alguma forma de estresse, buscando apoio emocional, religioso e/ou material. Deste modo, as considerações aqui apresentadas estão fortemente relacionadas aos estresses sofridos por nossas entrevistadas.

Na análise de diferentes categorias, ficaram evidentes algumas questões com relação à conjugalidade em mulheres da camada popular.

Para o estabelecimento do compromisso conjugal, relataram ter vivido experiências amorosas que as levaram a optar pelo companheiro, esforçando-se em manter os relacionamentos. Embora denotando o desejo de criar laços, estes não mostraram frágeis, ocorrendo a sua dissolução com a mesma intensidade com que se iniciaram. O nosso estudo nos leva, assim, a supor haver uma conjugalidade de tipo tradicional realizada por meio de relacionamentos sucessivos. A relação pode ser dita ser tradicional devido aos papéis em que havia uma hierarquia associada ao patriarcalismo, vista pela importância dada pelas entrevistadas à presença do homem.

A maternidade mostrou ser uma fonte importante geradora dos problemas conjugais, fomentada pela agressividade e violência entre os casais. Essa agressividade foi destacada pelas entrevistadas como ciúme do parceiro, uso de drogas e traição, fazendo com que sofram humilhações de diferentes ordens. Percebe-se que os sentimentos, nesses casos, apresentam-se bastante contraditórios e algumas vezes difusos como nas relações opostas e complementares: violência/ sedução, carinho/ arrependimento. Desta forma, apareceram submissão e dependência frente a essa situação de agressividade, tornando-as, às vezes, impotentes para enfrentá-las.

Para enfrentar as situações de agressividade constantes, elas buscaram apoios advindo de diferentes fontes tais como: ajuda familiar, de pais até sogra, ou de outras instituições, entre elas delegacias e igrejas.

Na maioria dos casos, a maternidade apareceu como o motivo de mudanças na vida conjugal. No entanto, ela não foi verbalizada como sendo a origem das tensões conjugais que estavam, contudo, claramente associadas a ela e às separações e desavenças conjugais.

A emergência de conflitos e tensões decorrentes do contexto de vida de nossas entrevistadas fez com que os elementos ligados à maternidade permanecessem, em certa medida, em uma zona de silêncio. A maternidade ficou como que escondida ante a força das demais dinâmicas presentes nas vidas das entrevistadas.

Além disto, a maternidade aparece a reboque da conjugalidade no sentido de haver uma associação entre as duas de modo que ou logo antes ou logo após uma delas, ocorria a outra, como casamento/ gravidez ou gravidez/ casamento, sem um período de tempo entre eles.

Foi observado sentimentos antagônicos em relação a um mesmo objeto no que se refere às formas como as entrevistadas lidaram com as rejeições, brigas e traições dos companheiros, demonstrando, em vários casos, uma inconstância de sentimentos e modificações nos modos de enfrentar as situações propostas e no modo de lidar com essas tensões. Apesar de haver o perdão após as brigas, também outros sentimentos, como mágoa profunda, apareceram, que ficaram marcados e presentes na relação, não desaparecendo no decorrer do tempo.

Para a maioria dos casos, o recasamento ou a troca dos parceiros aconteceu de forma frequente devido à necessidade de sustentação econômica e para educar os seus filhos. No recasamento, a presença masculina foi declarada importante, pois garantiria uma proteção moral e física.

Este trabalho foi apresentado como exploratório e, para ser aprofundado, precisaria ser realizado por meio de uma longa imersão no campo, pois os dados por ele evidenciados mostram que há inúmeras sutilezas a serem percebidas e

nomeadas, além de significados ocultos, os “não-ditos”, que apenas poderão ser apreendidos nesta imersão.

Embora exploratório, o estudo forneceu indícios de importantes diferenças no modo de viver e conceber quer a conjugalidade quer a maternidade, o que indica a importância de que pesquisas se dediquem a esta temática.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia; WALL, Karin. **Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos.** *Análise Social*, Lisboa, v. 37, n. 163, p. 475-506, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** Tradução de Marco Estevão. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BERENSTEIN, Isidor. Problemas familiares contemporâneos ou situações familiares atuais. *Psicologia USP*, v. 13, n.2, p.15-25, 2002.

BERQUÓ, Oliveira Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 411- 437. V.4.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Tradução de Mateus S. Soares. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

CASEMIRO, Claudia. Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, Lisboa, v. 37, n. 163, p. 603-630, 2002.

CASTELLS, Manoel. **Poder da identidade.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (v. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CUSINATO, M. **Psicología de las relaciones familiares.** Barcelona: Editorial Herder, 1992.

DEL PRIORE, Mary (Org.). Apresentação. In: **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/ Unesp, 2001. p. 7-10.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

DIEHL, José Antonio. A experiência do concubinato: Um pretexto para uma possível aproximação entre história e psicologia. In: CENCI, Claudia M.B.; PIVA, Maristela;

FERREIRA Vinícius R. T. (Orgs.). **Relações Familiares: uma reflexão contemporânea**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 231- 248.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 23-41.

FALCKE, Denise; DIEHL, JOSÉ ARTUR; WAGNER, Adriana. Satisfação conjugal na atualidade. In: WAGNER, Adriana (Ed.). **A família em cena: Tramas, dramas e transformações**. Petropolis: Vozes, 2002. p. 172-188.

FÉRES-CARNEIRO, Teresinha. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio entre a individualidade e a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 379-394.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: FÉRES- CARNEIRO, Terezinha.(Org.). **Casamento e família: Do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001. p. 67- 80.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Granda e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/RFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp., 2001. p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro. GRAAL Ltda, 1988.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

GUERRA, Cláudia. **Violência conjugal e familiar**. 2001. Disponível em www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/violencia_conjugal_e_familiar.htm. Acesso em: 11/11/08.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In VIEIRA, Elisabeth M.; FERNANDES, Maria Eugenia L.; BAILEY, Patrícia; McKAY, Arlene. (Orgs.). **Seminário Gravidez na Adolescência, Saúde do Adolescente - Ministério da Saúde, Projeto de Estudos da Mulher/Family Health International, Associação Saúde da Família**. Rio de Janeiro, 1998, p. 23-32.

HEIBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: Heiborn, Maria Luiza. (org). **Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

JABLONSKI, Bernardo. Papéis conjugais conflitos e transição. In: CARNEIRO, Terezinha T. (Org.). **Relações amorosas, casamento, separação e terapia de casal**. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 635-642.

KAUFMANN, Jean Claude. **Sociologie du couple**. Paris: PUF, 1995.

KUSNEZOFF, Jean.Claude. **A mulher sexualmente feliz**. Rio de janeiro. Nova fronteira, 1989. p. 223.

LAMOGLIA, Cláudia Valéria Abdala; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 595-604, mar.-abr., 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes; 1994. p. 9 –29.

NASCIMENTO, Marcos Roberto do. Família líquida: desafios para as políticas sociais. In: ALCÂNTARA, Miriã, RABINOVICH, Elaine Pedreira, PETRINI, Giancarlo (Orgs.). **Família, natureza e cultura**. (in press).

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PERRONE, R.; NANINI, M. **Violência y abusos sexuales en la familia**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

PINA-CABRAL, João de. **Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação**. Mana, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 61-86, 2008.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000 (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro).

REIS, Lilian Perdigão, Caixeta. **Construção cultural da maternidade: a experiência de mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador – BA**. Tese (Doutorado em Psicologia): Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

SALEM, Tania. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Oct. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000200007. Acesso em 02/05/2011.

SAMARA, Eni Mesquita. **Família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SANTOS, Rita. Invisibilidades de la violencia armada. La violencia domestica armada en Río de Janeiro (Brasil) y Portugal. In: JIMENEZ, Maria (Org.). **Desarmando la Violencia Familiar y de Género: por una Cultura de Paz**. Ciudad de Mexico: Dirección de Atención y Prevención de la Violencia Familiar D. F., 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2004.

SILVA, Elisângela Conceição Pereira da. **O silenciamento da violência conjugal contra mulher na cidade de Cachoeira – Ba: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea):Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade trabalho, educação, cultura e participação**. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2004. p.130.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; PENNA, Lúcia Helena Garcia; FERREIRA, Ana Lúcia; SANTOS, Neuci Cunha dos; TAVARES, Claudia Mara de Melo. O tema violência intrafamiliar na concepção dos formadores dos profissionais de saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1709-1719, nov.-dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php>. Acesso em: 11/11/08.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 303-319, 1997.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

WALKER, L. **The battered woman syndrome**. New York: Harper and Row, 1999.

WILLI, J. A construção didática da realidade. In: Andolfi, M. (Org.). **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

APÊNDICE

Apêndice 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

O roteiro da entrevista foi composto por questões abertas relativas ao casamento e aos conflitos conjugais ante a maternidade, consistindo em:

1. Como aconteceu o encontro do casal;
2. O que aconteceu durante a maternidade referente ao relacionamento do casal;
3. O que aconteceu durante o primeiro ano de vida do filho;
4. Que outros tipos de dificuldades tiveram de enfrentar nestes períodos;
5. O que você pensa sobre casamento.

Apêndice 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada senhora

Você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “Conjugalidade em mulheres de camada popular”, que está sendo realizada pela mestranda Susana Maria Levien Grillo, do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade do Salvador, sob a orientação da Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich.

Sua participação consistirá em responder a algumas perguntas que compõe uma entrevista aberta, que aborda aspectos referentes ao seu namoro, casamento, gestação e nascimento de filhos.

Você poderá desistir da participação em qualquer momento. As informações fornecidas poderão ser utilizadas em trabalhos científicos, e sua identificação, assim como qualquer outro dado (local de moradia, de trabalho e outros) que a possa identificar ou a alguém por você citado, será totalmente eliminado. O estudo não acarretará nenhum risco à senhora ou à sua família. Em síntese, serão garantidos todos os princípios éticos de pesquisa com seres humanos.

Caso queira contatar a mestranda Susana Maria Levien Grillo e/ou sua orientadora Profa Dra. Elaine Pedreira Rabinovich poderá fazê-lo através dos telefones: (71) 32038969 ou pelos emails [sm.grillo@hotmail](mailto:sm.grillo@hotmail.com) e elainepr@brasmil.com.br ou, ainda, no endereço da Pós-Graduação em família na Sociedade Contemporânea – Campus da Federação, Universidade Católica do Salvador, Av. cardeal da Silva, 205 – Federação, CEP 40.220-140, Salvador. BA.

Concordando em participar do estudo, por favor, assine a declaração a seguir.

Prof. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich
Orientadora do Projeto

Susana Maria Levien Grillo
Mestranda

DECLARAÇÃO

Eu, _____, concordo em participar do estudo “Conjugalidade em mulheres de camada popular”, estando ciente de que a minha identidade será mantida em sigilo.

Salvador, __ de _____ de 2011.

Assinatura do Participante



Comitê de Ética em Pesquisa

Salvador, 13 de setembro de 2011

CEP/PARECER 011.2011

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

REGISTRO: 011/2011
 DATA DA ENTRADA: 12/08/2011
 REFERÊNCIA: 1º Parecer
 PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Elaine Pedreira Rabinovich
 PESQUISADORES: Suzana Maria Levien Grillo
 INSTITUIÇÃO: Universidade Católica do Salvador - UCSal

TÍTULO DA PESQUISA: Conflitos conjugais ligados à maternidade em famílias de baixa renda

OBJETIVO: Compreender as dinâmicas associadas a manutenção ou separação conjugal ante conflitos gerados pela maternidade em um grupo de mulheres soteropolitanas de nível sócio-econômico baixo.

- Analisar o contexto social em que as famílias estão inseridas;
- Caracterizar os conflitos conjugais ligados à emergência do filho.

2. PARECER DO RELATOR (A)

Sumário do Projeto

Descrição e caracterização da amostra – **Adequado**
 Critérios de inclusão e exclusão – **Pela facilidade de acesso**
 Adequação da metodologia – **Adequado**

Comentários em relação à Resolução CNS 196/96 e complementares

Estrutura do protocolo - **Adequado**
 Análise de riscos e benefícios - **Adequado**
 Retorno de benefícios para o sujeito e/ou para a comunidade - **Adequado**
 Adequação do termo de consentimento e forma de obtê-lo – **Adequado**
 Informação quanto ao financiamento **NECESSITA DE ESCLARECIMENTOS** (ver Recomendação 2 ao final deste parecer).

3. PARECER DO CEP

Apresentado a este Comitê para análise ética, segundo a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Cópia do projeto arquivado em nossa secretaria. Após apresentação pelo relator e discussão pelos Conselheiros e projeto foi considerado:

X	Aprovado
	Com pendência – até 60 dias para encaminhar o que foi sugerido.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA

CEP

Comitê de Ética em Pesquisa

Reprovado

4. RECOMENDAÇÕES:

1. O pesquisador responsável e o sujeito de pesquisa ou seu representante (quando for o caso), deverão rubricar todas as folhas do termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE- apondo sua assinatura na última página do referido Termo.
2. Orçamento financeiro detalhado com indicação de remuneração do pesquisador e especificação das fontes de financiamento. Caso o recurso seja próprio, expor em formato de declaração;
3. Vale ressaltar o compromisso de envio a este CEP dos Relatórios Parciais e/ou Final de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Coordenador do CEP-IFBA

Data da reunião 03 / 10 / 11